

**UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**SÉRGIO QUERINO ANTUNES**

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA CONTABILIDADE: Contextualização histórica  
e importância para a educação profissional do gestor**

**UBERABA - MG  
2017**

SÉRGIO QUERINO ANTUNES

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA CONTABILIDADE: Contextualização histórica  
e importância para a educação profissional do gestor**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista.

**UBERABA - MG**

**2017**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

A89f            Antunes, Sérgio Querino.  
                    Fundamentação teórica da contabilidade: contextualização  
                    histórica e importância para a educação profissional do gestor /  
                    Sérgio Querino Antunes. – Uberaba, 2017.  
                    101 f.

                    Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba.  
                    Programa de Mestrado em Educação.  
                    Orientador: Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista.

                    1. Contabilidade. 2. Administração. 3. Educação. 4. Brasil. I.  
                    Batista, Gustavo Araújo. II. Universidade de Uberaba. Programa  
                    de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 657

Sérgio Querino Antunes

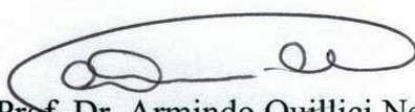
**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA CONTABILIDADE: Contextualização  
histórica e importância para a educação profissional do gestor**

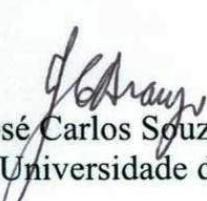
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 27/09/2017

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista  
(Orientador)  
UNIUBE - Universidade de Uberaba

  
Prof. Dr. Armino Quillici Neto  
UFU - Universidade Federal de  
Uberlândia

  
Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo  
UNIUBE - Universidade de Uberaba

## RESUMO

A contabilidade, ciência do controle administrativo, é o resultado de uma longa evolução desde o seu surgimento na pré-história até os dias atuais. No Brasil, a contabilidade foi instituída no começo do século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, com a abertura da atividade comercial e dos portos, surgindo, assim, a necessidade de controlar os gastos públicos e também a renda das províncias. O ensino superior de Ciências Contábeis iniciou-se com o decreto de 15 de julho de 1809, assinado pelo Príncipe Regente Dom João VI, ao constatar a necessidade de ensino dessa ciência no país, cuja formação é orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Ciências Contábeis (DCN) no Brasil, expressas na Resolução Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº10, de 16 de dezembro de 2004. A contabilidade consiste em um sistema de informação que controla o patrimônio de uma organização, fornecendo suporte no intuito de que os gestores possam tomar as decisões norteadas em relatórios contábeis. De que forma o estudo da fundamentação teórica da contabilidade contribui para a educação profissional de gestores em cursos de administração é a principal questão deste projeto, o que faz surgir o problema central da pesquisa, investigar os pensamentos que levaram à construção da contabilidade como área do saber. Este trabalho faz o uso, durante seu percurso, basicamente, de dois tipos de pesquisa: método bibliográfico e documental e está vinculado à Linha de Pesquisa em Processos Educacionais e seus Fundamentos, relevante para o Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, uma vez que conhecer e discutir a concepção da contabilidade torna-se fundamental para ampliar e aprofundar as investigações sobre os fundamentos da educação. Com o objetivo de compreender como as ideias acerca da contabilidade têm contribuído para a educação profissional do gestor, foram selecionadas quatro instituições de ensino superior voltadas para a contabilidade, a fim de realizar uma análise curricular das matrizes disciplinares dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, e conhecer o percentual de participação das disciplinas de contabilidade na composição da carga horária dos cursos ofertados. As instituições escolhidas foram Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Palavras-Chave: Contabilidade. Fundamentos da Educação. Gestão em Administração. Gestão em Contabilidade. Administração. Brasil.

## ABSTRACT

Accounting, the science of administrative control, is the result of a long evolution since its emergence in prehistory to the present days. In Brazil, accounting was instituted at the beginning of the nineteenth century with the arrival of the Portuguese Royal Family with the development of commercial activity, the opening of ports and consequently the need of controlling public spending and also the income of the provinces. The higher education of Accounting Sciences began with the decree of July 15, 1809, signed by the Prince Regent Dom João VI, when he validated the need to develop this science in the country, whose formation is guided by the National Curricular Guidelines (DCN) for the course in Brazil, expressed in Resolution CNE / CES No. 10, of December 16, 2004. Accounting consists of an information system that controls the assets of an organization, providing that managers can make decisions based on accounting reports. In what way the study of the theoretical basis of accounting contributes to the professional education of managers in management courses is the main issue of this project, which raises the central problem of research, investigate the thoughts that led to the construction of accounting as an area of knowledge. In this work were used two types of research bibliographic and documentary studies and is linked to the Line of Research in Educational Processes and its Foundations, relevant to the Master's Program in Education of Universidade de Uberaba (UNIUBE), once that knowing and discussing the design of accounting becomes essential to broaden and deepen the research on the fundamentals of education. In order to understand how ideas about accounting have contributed to the professional education of managers, four higher education institutions focused on accounting were selected in order to carry out a curriculum research of the school programs in Accounting and Administration courses, in order to verify the percentage of participation of accounting disciplines in the composition of the course load of the courses offered. The chosen institutions were Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) and Universidade Federal de Goiás (UFG).

Keywords: Accounting. Fundamentals of education. Management administration. Management accounting. Administration. Brazil.

A minha esposa Raquel, pelo amor, paciência e incentivo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é lembrar daqueles que de alguma forma ajudaram e colaboraram nesta difícil tarefa de pesquisar, produzir conhecimento e inovar, transformando sonhos em realidade, tornando a caminhada mais prazerosa.

Primeiramente a Deus e a meu Anjo da Guarda que estiveram comigo durante toda caminhada.

A minha esposa, Raquel Salge Silva Antunes que, nos momentos difíceis, foi meu porto seguro. Sempre me incentivando a continuar e nunca desistir, principalmente nas horas de angústia, insegurança e medo de não conseguir vencer. Obrigada pelo tempo consumido nas intermináveis correções e por ter tido a paciência necessária tão decisiva para que eu chegasse ao fim.

Agradeço aos meus filhos Arthur e Bruna, por compreenderem a minha ausência, em vários momentos. A vocês, dedico meu eterno amor, respeito e gratidão por tudo que representam para mim. Sou abençoado por existirem em minha vida.

Aos meus pais, Eurípedes e Aparecida, um eterno e especial agradecimento pelo seu orgulho e por me proporcionarem a possibilidade de estudar (a sua maior herança). Possa eu sempre ser motivo de orgulho para vocês.

A minha irmã, Iara, e a meu sobrinho Lucas que muito me auxiliaram na organização dos artigos, fonte de dados necessários para a realização da pesquisa. Meus agradecimentos especiais, pois sei que sempre se orgulharam de mim e confiaram em meu trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor Gustavo Araújo Batista que, pacientemente, soube ouvir-me e acalantar-me nas aflições. A você, em especial, muito obrigado pelo constante incentivo e por apresentar soluções de forma clara, simples e objetiva sem perder a qualidade, acreditando sempre em meu potencial, permitindo-me descobrir o prazer de desenvolver um trabalho científico.

Ao professor e amigo Joaquim Osvaldo Pereira de Gouvêa, que gentilmente se dispôs a participar deste projeto, jamais se abdicando de contribuir com comentários e referenciais tão importantes para a construção deste trabalho.

Aos professores e amigos, Wilton Resende de Freitas e Camilla de Oliveira Vieira, pelas contribuições e dicas valiosas na construção deste trabalho científico.

Ao professor e amigo Marco Antônio Nogueira, pelas oportunidades de atuação na sublime arte da docência, pelo incentivo constante, por compartilhar conhecimentos, e por transmitir energia positiva.

Ao Professor Doutor José Carlos Souza Araújo, um mar de erudição e humildade, agradeço pelas aulas ministradas no Mestrado em Educação, e pelos comentários e contribuições aferidas na banca de qualificação.

A Professora Doutora Sueli Teresinha de Abreu Bernardes, um exemplo de dedicação à Universidade de Uberaba, em especial, ao Mestrado e ao Doutorado, uma simplicidade de pessoa e uma companhia agradabilíssima; agradeço pela oportunidade de participar de suas aulas neste curso e pela sua enorme ajuda na banca de qualificação.

A todos (as) os (as) professores (as), funcionários (as) e alunos (as) do Mestrado pela cordialidade e carinho que dispensavam a mim. Vocês fizeram parte deste trabalho sempre me ajudando e incentivando.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.  
(Marthin Luther King)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANAMBA** - Associação Nacional de MBAs
- CFC** - Conselho Federal de Contabilidade
- CMV** - Comissão de Valores Mobiliários
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- COGEAE** - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão
- CPC** - Comitê de pronunciamento Contábil
- CRC** - Conselho Regional de Contabilidade
- CVM** - Comissão de Valores Mobiliários
- DCN** - Diretrizes Curriculares Nacionais
- ENADE** - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
- FECAP** - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
- IASB** - International Accounting Standards Board
- IASC** - International Accounting Standards Committee
- IBRACON** - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
- IES** – Instituição de Ensino Superior
- IFAC** - International Federation of Accountants
- IFRS** - International Financial Reporting Standards
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- INTOSAI** - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores
- MEC** - Ministério da Educação
- NBC** - Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PUC-SP** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- UFG** - Universidade Federal de Goiás
- UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - FECAP – Curso Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

Quadro 02 – FECAP – Curso de Administração – Disciplinas da área contábil

Quadro 03 – UFMG – Curso Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

Quadro 04 – UFMG – Curso Administração – Disciplinas da área contábil

Quadro 05 – PUC-SP – Curso de Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

Quadro 06 – PUC-SP – Curso de Administração – Disciplinas da área contábil

Quadro 07 – UFG – Curso de Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

Quadro 08 – UFG – Curso de Administração – Disciplinas da área contábil

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE.....	20
1.1 História Antiga ou da Contabilidade empírica .....	21
1.2 História Média ou da sistematização da contabilidade.....	29
1.3 História Moderna ou da Literatura da Contabilidade .....	30
1.3.1 A Economia de Adam Smith .....	32
1.4 História Contemporânea ou Científica da Contabilidade .....	34
2 NORMAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	41
2.1 Órgãos Regulamentadores Nacionais .....	43
2.1.1 International Accounting Standards Board - IASBI .....	44
2.1.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC .....	46
2.1.3 Conselho Federal de Contabilidade - CFC.....	47
2.1.4 Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC.....	48
2.1.5 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON .....	52
2.1.6 Comissão de Valores Mobiliários - CVM.....	53
2.2 Importância do Novo Código Civil para o contabilista .....	55
3 O ENSINO DA CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)	
58	
3.1 Fundação Escolar de Comércio Álvares Penteado.....	61
3.2 Universidade Federal de Minas Gérias .....	66
3.3 Pontifca Universidade Católica de São Paulo .....	69
3.4 Universidade Federal de Goiás.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS .....	82
ANÉXOS.....	86

## INTRODUÇÃO

A intitulação “FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA CONTABILIDADE: Contextualização histórica e importância para a educação profissional do gestor” se originou por este trabalho estar fundamentado em pesquisas bibliográfica e documental.

Investigar as origens da contabilidade, identificando as causas de suas mudanças e a necessidade de adequação ao longo da história se fez necessário para entender se a contabilidade, como ciência, poderá contribuir significativamente para área de conhecimento e de ensino nos cursos de gestão.

A principal questão deste projeto é: de que forma o estudo da fundamentação teórica da contabilidade contribui para a educação profissional de gestores em cursos de administração? Assim, o problema central da pesquisa é investigar os pensamentos que levaram à construção da contabilidade como área do saber, ou seja, como a contabilidade veio a ser um campo de conhecimento e, conseqüentemente, uma área de ensino, com penetração nos cursos de gestão.

A fim de responder à referida indagação, este trabalho divide-se em três partes. Na primeira parte, será abordada a evolução histórica da contabilidade. Para tanto, faz-se necessário realizar pesquisa bibliográfica da história da contabilidade, para compreender de forma histórica sua trajetória.

A segunda parte deste trabalho será dedicada a investigar junto aos órgãos competentes as leis, normas e diretrizes que norteiam a prática contábil no Brasil. Pretende-se, assim, realizar um levantamento documental junto aos órgãos regulamentadores das ciências contábeis, a fim de embasar se as Instituições de Ensino Superior (IES), estão organizando seus currículos de acordo com o que determina a legislação vigente no país.

A terceira parte tem como objetivo verificar a organização jurídica/ pedagógica e as diretrizes curriculares de quatro conceituadas universidades brasileiras a oferecerem cursos de administração, visando a destacar e a avaliar a importância e a contribuição que as disciplinas voltadas para a área da contabilidade têm para a educação profissional em gestão.

A iniciativa da presente pesquisa surgiu da observação das dificuldades apresentadas pelos alunos dos cursos de Administração da Universidade de Uberaba em compreender a importância da contabilidade para a gestão.

Uma vez docente nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis, percebi a importância de investigar as origens da contabilidade, as normas vigentes e a formação dos currículos dos cursos de Administração. No cenário educacional brasileiro, há pesquisas que voltam suas atenções na busca por respostas a diversos questionamentos que envolvem de forma separada estes temas. Porém, compreender a origem da contabilidade, sua evolução e contribuir para o conhecimento e ensino no curso de administração, torna-se fator fundamental na construção de um pensamento que contribui para as pesquisas sobre fundamentos da educação.

De acordo com Sá (1997, p.16) “A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”. Neste sentido existem algumas questões que ainda precisam de pesquisas direcionadas que contribuirão diretamente para o enriquecimento da fundamentação teórica da contabilidade para a gestão.

Ao refletir sobre as questões que envolvem a minha atuação como professor da área contábil, percebi que meu dia a dia é marcado por contradições, uma vez que as aulas, na maioria das vezes, não são suficientes para o aluno conseguir relacionar os conteúdos estudados com a atuação prática no mercado de trabalho.

As referidas contradições, a meu ver, podem estar relacionadas às metodologias utilizadas em sala de aula, como também às dificuldades de os professores proporem um ensino interdisciplinar e mostrarem a importância da contabilidade como ciência. Assim: “A aplicação do conhecimento da contabilidade para ajudar a governar os negócios, as instituições, tem sido uma das preocupações da modernidade. ” (SÁ, 2008. p.53).

Este trabalho faz o uso, durante seu percurso, basicamente, de dois tipos de pesquisa: bibliográfica e documental.

A presente pesquisa mostra-se relevante para o Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, uma vez que conhecer e discutir a concepção da contabilidade torna-se fundamental para ampliar e aprofundar as investigações sobre os fundamentos da educação.

Portanto, o objetivo deste trabalho é compreender como as ideias acerca da contabilidade têm contribuído para a educação profissional do gestor.

O primeiro capítulo traz a evolução histórica da contabilidade, por meio de uma viagem no tempo, desde sua criação até os dias atuais, portanto, a contabilidade, como hoje a conhecemos, é o resultado de uma longa evolução. A importância de se estudar a história da contabilidade está na possibilidade de conhecer os acontecimentos marcantes de cada período da humanidade, em que relaciona o homem do presente com o homem do passado, possibilitando-lhe acesso ao futuro.

Na busca por respostas ao referido problema, o primeiro objetivo específico será fazer uma pesquisa bibliográfica da história da contabilidade, com vistas a compreender sua trajetória. Para tanto, fez-se necessário identificar e analisar as ideias de seus pensadores, a fim de compreender e repensar o papel da contabilidade como ciência ao longo da história.

O estudo histórico da contabilidade revela que o homem se preocupa em registrar seus bens desde os primórdios de sua existência, tratando-se, portanto, de uma prática antiga e cultural, de forma rudimentar. Com a evolução do homem, evoluiu-se concomitantemente a função da contabilidade. Inicialmente contabilizava-se apenas os bens, depois começou-se a avaliar a riqueza do homem, os acréscimos e decréscimos desta riqueza. Pela história da contabilidade, foram quatro os períodos de evolução.

O primeiro datado entre 8000 a.C. e 1202 a.C., denominado como história antiga ou a contabilidade empírica. O segundo período está datado de 1202 a.C. da era Cristã até 1494 d.C., iniciando uma nova era para a Contabilidade Científica, ficando conhecida como história média ou sistematização da contabilidade.

O terceiro período, conhecido como história moderna ou da literatura da contabilidade, está entre 1494 até 1840, com a publicação da Obra “La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche”, da autora de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria, obra marcante na história da Contabilidade e o quarto período, conhecido como história contemporânea ou científica da contabilidade, inicia-se em 1840 e se estende até os dias atuais. Esta época de reconhecimento oficial da contabilidade como Ciência pela Academia de Ciências da França apresenta-nos outra faceta e de grande interesse na história da

Contabilidade, a fase da História das Doutrinas Contábeis, seu surgimento e sua evolução.

A doutrina contábil é recente no Brasil, e, até a primeira metade do século XX sofreu grandes influências da cultura contábil da Itália, pelo fato de este país ser considerado o berço da contabilidade e onde originou-se o método das partidas dobradas<sup>1</sup>.

O segundo capítulo tem por objetivo discorrer sobre as normas contábeis, o que se tem como padrão na área contábil, o que é aceito como conduta no país sobre as práticas contábeis expondo o que são e qual a importância de existirem. Além

disso, discerniremos sobre as normas e práticas contábeis e sobre o sistema de gerenciamento dentro das empresas e sua importância para os gestores, pois, em virtude da busca por mercado, as empresas sofrem constantes adaptações e mudanças que, por vezes, podem levá-las ao fracasso ou ao sucesso rapidamente.

O segundo objetivo será fazer um levantamento documental junto aos órgãos regulamentadores das ciências contábeis. A pesquisa será realizada junto aos CRC – Conselho Regional de Contabilidade, CFC - Conselho Federal de Contabilidade e CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Os documentos levantados servirão para embasar se as Instituições de Ensino Superior - IES, estão organizando seus *currículos* de acordo com o que determina a legislação vigente no país. Nesse contexto, o sistema de gerenciamento poderá fornecer informações corretas e adequadas sobre a real situação em que se encontra a empresa e auxiliar na tomada de decisão, diante das muitas transformações que se produzem nas empresas. Em seguida, trataremos dos órgãos regulamentadores nacionais, bem como das principais mudanças na contabilidade brasileira em decorrência da aprovação da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1.976.

A arte de contabilizar remonta aos tempos antigos, quando a contabilidade se fazia de maneira empírica. Ao longo da história, contabilizar torna-se mais que

<sup>1</sup> O método das partidas dobradas surgiu em 1494, na Itália, pela figura do frei Luca Bartolomeo de Pacioli que escreveu o "*Tractatus de Computis Et Scripturis*" (Contabilidade por Partidas Dobradas), enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números negativos e positivos.

contar objetos, se transformou na contabilidade científica, com seus aparatos científicos, as ferramentas de estudos e as escolas de contabilidade.

No terceiro capítulo, foram enumeradas quatro instituições de ensino superior, voltadas para a contabilidade, com o objetivo de realizar uma análise curricular das matrizes disciplinares dos cursos de Ciências Contábeis e Administração a fim de conhecer o percentual de participação das disciplinas de contabilidade na composição da carga horária dos cursos ofertados.

O terceiro objetivo será verificar a organização jurídico-pedagógica e as diretrizes curriculares de três universidades do Brasil, pioneiras nos cursos de Administração, visando destacar e avaliar a participação e a contribuição que as disciplinas voltadas para a área contábil têm para o profissional de gestão.

As instituições escolhidas são: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), com sede na cidade de São Paulo, primeira instituição de ensino superior de contabilidade no país, a segunda é a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), localizada em Belo Horizonte, por apresentar a melhor classificação no ranking das faculdades de ensino de ciências contábeis de Minas Gerais, a terceira a ser descrita foi Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada em São Paulo e a quarta foi a Universidade Federal de Goiás (UFG), localizada em Goiânia, por terem apresentado a pior e a maior nota na classificação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e do Ministério da Educação (MEC), respectivamente. Desta forma, ao analisar o curso de Ciências Contábeis das instituições em destaque neste estudo, observou-se que apenas 11% da carga horária de ensino tem sido destinada à formação do profissional na área contábil.

Partimos da hipótese que a ciência da contabilidade vem ao longo de sua história inovando-se e adequando-se aos novos tempos da sociedade, o que tem contribuído e evidenciado a importância da contabilidade para as organizações, bem como para o processo de gestão.

Se os gestores conhecessem o quanto as técnicas e os fundamentos da contabilidade contribuem para o ensino da prática profissional, devido à gama de informações, dados e análises por ela fornecidos, ampliariam sua percepção quanto à importância da contabilidade como ciência.

A contabilidade tem seu desenvolvimento pautado pelas mudanças na sociedade, nos meios de produção, nas modificações de suas maneiras de negociar e no desenvolvimento da Ciência Administrativa. [...]. Esse desenvolvimento enfrenta hoje alguns desafios relativos à necessidade de adaptações às variáveis ambientais na forma de mudanças tecnológicas, rápidas transformações no ambiente de negócios, grandes blocos econômicos e globalização. (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

Investir em pesquisas voltadas à ciência da contabilidade tem-se mostrado fator primordial para desbravar novos horizontes do conhecimento dessa área, pois muito pouco se pesquisa a respeito desse assunto, que, certamente, é tema de fundamental importância para o futuro das novas economias em geral, e, em particular, para a educação profissional do gestor, o que constitui uma questão pedagógica.

Este trabalho fará uso, durante seu percurso, basicamente, de dois tipos de pesquisa: bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica, cuja importância já foi defendida por inúmeros pesquisadores, como Cervo e Bervian, (1996), Lakatos e Marconi (1987) percorre todo material, principalmente nos diálogos que dão suporte e aprofundam as questões que permeiam o trabalho. Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 66), “a pesquisa bibliográfica trata do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado”.

A pesquisa documental, discutida também por Lakatos e Marconi (1987) e que, segundo Lüdke e André (2001, p.38), consiste “numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”; isso possibilitará a compreensão dos currículos, bem como a busca por informações sobre a presença da contabilidade nos cursos de Administração.

Os autores Sérgio de Iudícibus e José Carlos Marion, são muito respeitados pela comunidade acadêmica de contabilidade devido à qualidade e às contribuições de suas diversas obras. Falar de contabilidade sem embasar-se em suas literaturas, certamente seria deixar de lado uma boa parcela de contribuição para este projeto. Por isso, a pesquisa das obras destes autores servirá de fundamentação desde a origem da contabilidade até às leis e normas que pretendemos pesquisar com o objetivo de nortear a construção deste trabalho.

De acordo com Marion (2011, p. 7):

A evolução histórica da Contabilidade inicia-se na Era da Antiguidade, onde o homem sustentava a sua família por meio da experiência como agricultor, desempenhando atividade como pastoreio e da sua sabedoria; observava as mudanças climáticas, ou melhor, as estações do ano.

A contabilidade é uma ciência que tem como objeto de estudo o patrimônio, sendo o principal objetivo fornecer informações econômicas e financeiras acerca desse patrimônio e como finalidade, captar, registrar e analisar os fatos decorrentes desse patrimônio.

Segundo Marion (2011, p. 7), “a função da Contabilidade já no início da civilização é avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza”.

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. Marion (2009, p. 28).

É de suma importância identificar e interpretar a finalidade das leis que regem a contabilidade, pois são elas que norteiam os profissionais contábeis nas decisões e procedimentos que melhor atendem as organizações dentro dos parâmetros legais.

De acordo com Ludícibus e Ricardino Filho (2002, p. 7) a Lei nº 1083 é a primeira Lei das Sociedades por Ações no Brasil e tornou público os padrões contábeis nacionalmente adotados, até que a Lei nº 2627/40 apresentasse outras disposições.

Pesquisar a obra de Antônio Carlos Riberio da Silva e Wilson Thomé Sardinha Martins, contribuirá para melhor entender os períodos da contabilidade bem como a sua evolução e a importância de suas contribuições para as civilizações em determinadas épocas. Segundo estes autores, a contabilidade é dividida em quatro períodos, de acordo com sua evolução. Esta divisão histórica é de fundamental importância para evidenciação e destaque dos principais acontecimentos e autores de cada época.

Silva destaca que o comércio da Grécia era dinâmico, com um grande volume de mercadorias, animais e metais negociados, com notável desenvolvimento econômico. Com o litoral recortado e a grande presença de ilhas que favoreceram o comércio marítimo da Grécia Egito, colônias gregas na Ásia Menor, Sicília e cidades

ao longo do litoral do Mar Negro, o controle contábil dos comerciantes se fez primordial, pois seria muito difícil controlar o volume negociado de seus produtos bem como os de suas moedas.

Para Silva, (2011, p. 29) “Seria impossível a ausência da Contabilidade na Grécia, tendo em vista que a sua organização administrativa não podia prescindir dos registros dos fatos realizados. Por outro lado, a existência das medidas, das moedas e dos créditos, necessitava de controle contábeis”.

É imprescindível investigar quando e em que condições a contabilidade se instituiu no Brasil e quando se deu início à atividade e à profissão do contador.

Os sites do portal de contabilidade, do Conselho Federal de Contabilidade<sup>2</sup> e da Comissão de Valores Mobiliários servirão de fonte de pesquisa relevante para fundamentar a importância das normas e procedimentos contábeis que regem a doutrina contábil no Brasil desde a sua criação em 15/12/1976 vigente até os dias atuais.

Tal procedimento se faz necessário devido a gama de informações relativas às leis que estão constantemente sujeitas a alterações, visando a atender as necessidades do mercado e que são essenciais tanto para a formação quanto para tomada de decisão do profissional de gestão.

<sup>2</sup> O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado e regido por legislação específica, o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, o CFC possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

# 1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

Nesse primeiro momento, propõe-se uma viagem no tempo para conhecermos a origem histórica da Contabilidade. A Contabilidade, como hoje a conhecemos, é o resultado de uma longa evolução desde o seu surgimento na pré-história até os dias atuais.

Para Martins (2001, p. 111):

A contabilidade, mesmo sem os mecanismos modernos disponibilizados no Novo Milênio, se faz presente junto à sociedade há muitos anos antes de Cristo, mantendo sua máxima que é informar. O seu desenvolvimento acompanha a evolução da civilização, cujo crescimento e progresso da humanidade faz com que se torne cada vez mais eficiente e fiel a que se propõe.

Estudar a história da contabilidade possibilita o conhecimento da sua evolução bem como da sua contribuição no decorrer dos acontecimentos marcantes de cada período da humanidade. Para Glénisson (1983), “a história, relacionando o homem com o passado, possibilita-lhe o acesso ao presente e ao futuro. O passado passa a ser a chave do presente. Somente esclarecido o passado, acredita-se em poder compreender o presente”.

Segundo Sá (1997, p.16), “A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

De acordo com Marion (2011, p. 7), a evolução histórica da Contabilidade inicia-se na Era da Antiguidade, onde o homem sustentava a sua família por meio da experiência como agricultor, desempenhando atividade como pastoreio e da sua sabedoria; observava as mudanças climáticas, ou melhor, as estações do ano.

As pesquisas realizadas ao longo do tempo por conceituados autores pesquisadores e cientistas, apontam diversos caminhos e opiniões acerca deste vasto assunto; diante do exposto, não tivemos outra escolha a não ser adotar uma linha de pensamento que possa nortear as ideias e pensamentos a serem desenvolvidos.

A evolução da contabilidade ocorreu em quatro períodos conforme defende Silva (2011, p.37-38):

1º Período – **História Antiga ou da Contabilidade empírica**, que vai de cerca de 8000 anos atrás até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci, da autoria de Leonardo Fibonacci, o Pisano;

2º Período – **História Média ou da sistematização da contabilidade**, que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Ccriptures (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494, iniciando uma nova era para a Contabilidade Científica. Com a invenção da prensa em 1440 por Gutemberg, foram esta obra e a Bíblia Sagrada as primeiras obras impressas publicadas em todo o mundo;

3º Período – **História Moderna ou da Literatura da Contabilidade**, que vai de 1494 até 1840, com a publicação da obra “La Contabilità Applicatta Alle Amministrazioni Private e Pubbliche”, da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade;

4º Período – **História Contemporânea ou Científica da Contabilidade**, que vai de 1840 até aos nossos dias. Esta época de reconhecimento oficial da contabilidade como Ciência pela Academia de Ciências da França apresenta-nos outra faceta e de grande interesse, na história da Contabilidade a fase da História das Doutrinas Contábeis, em seu surgimento e em evolução.

Para tanto, propõe-se desvendar os aspectos históricos mais relevantes acerca da origem da contabilidade, considerando estes quatro períodos de sua evolução.

### 1.1 História Antiga ou da Contabilidade empírica

Não há como dizer exatamente como a contabilidade nasceu; é fato e certo que ela é tão antiga quanto o homem, pois é da natureza do homem querer cuidar e controlar o que possui, ou seja, seus bens.

Segundo Sá (1997, p. 20):

“As mais antigas manifestações do pensamento contábil são as contas primitivas, ou seja, as que identificam os objetos (geralmente por figuras) e a quantidade desses mesmos objetos (geralmente por riscos ou sulcos) como meios patrimoniais”.

Há relatos que o homem desde os primórdios de sua existência têm se preocupado em registrar seus bens. É evidente que em um passado muito distante tais registros eram feitos de forma muito rudimentar.

Segundo Marion (2011, p. 7), “a função da Contabilidade já no início da civilização: avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza”.

Iudícibus (2000, p. 29) descreve que a contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem pensante. A História relata os primeiros sinais da existência de contas aproximadamente a 4000 anos a.C. Antes disto, o homem primitivo, ao controlar os instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos e a colheita, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade.

De acordo com a história, desde o *Homo sapiens*, há cerca de 30 mil anos, já havia certo tipo de noção contábil. Percebe-se esse fato, devido a inúmeros registros de animais e plantas desenhados nas cavernas e grutas, o que mostra a intenção dos povos da época em registrar os acontecimentos. Porém é certo que os registros mais aperfeiçoados das intervenções comerciais, industriais e públicas tiveram maior ênfase apenas na Idade Média, ou seja, existem aproximadamente há 1.000 anos.

Em reforço a esta visão, Iudicibus diz que:

“Não é descabido afirmar-se que a noção de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do *Homo sapiens*, e que [...] Muito do que a Contabilidade é, pode ser aferido pelo que a Contabilidade realiza dentro da atividade econômica [...] Assim, a importância e a essencialidade da Contabilidade são incontestes para os iniciados. Mesmo assim, essa essencialidade e, por que não dizer, a extraordinária beleza desta nobre e antiga disciplina são por poucos reconhecidos, e estes poucos são, normalmente, pessoas de grande experiência e descortino” (IUDICIBUS, 2000, p. 28-29).

Buscando apoio em autores considerados referência em contabilidade para uma melhor compreensão sobre a origem da Contabilidade, Mattessich (1995) considera seu nascimento em 8.000 a.C. a 3.000 a.C, ou seja, período que coincide com a origem da argila na Mesopotâmia e do Fertile Crescent.

Segundo Mattessich (1995, p. 15-16):

“A chave para uma melhor compreensão do que a Contabilidade é em sua essência e sua missão pode ser encontrada na evolução de nossa disciplina. Até recentemente, a origem da Contabilidade ou técnicas contábeis de registros sobre atividades comerciais, estavam envolvidas em

uma nuvem de mistério. Novas e excitantes pesquisas arqueológicas têm revelado que esta origem retrocede aos tempos pré-históricos (isto é, uma época anterior à invenção da escrita) e deve ser encontrada aproximadamente há 8.000 a.C., sob a forma de diferentes formatos de pequenas fichas de barro (cada formato representando um tipo de conta, relacionada sempre a algum tipo de produto) ”.

Para uma pergunta, ainda não se tem uma resposta precisa. De fato, quando o homem exatamente começou a registrar as suas posses e com qual finalidade?

A contabilidade empírica, praticada pelo homem antigo e que tinha por base a observação, usava como objeto o Patrimônio, representado pelos rebanhos e outros bens nos seus aspectos quantitativos. Estudos mostram que as primeiras escritas contábeis datam do término da Era da Pedra Polida, explica Neves (2011), em que o homem registrava os seus primeiros desenhos e gravações. Conforme o autor, os suméricos e babilônicos, assim como os assírios, faziam os seus registros em peças de argila, retangulares ou ovais, ficando famosas as pequenas tábuas de Uruk, que mediam aproximadamente 2,5 a 4,5 centímetros, tendo faces ligeiramente convexas.

Miranda (1999, p.05) destaca que:

Na cidade de Ur, na Caldéia, onde viveu Abraão, personagem bíblico citado no livro Gênesis, encontraram-se, em escavações, importantes documentos contábeis: tabela de escrita cuneiforme, onde estão registradas contas referentes à mão-de-obra e materiais, ou seja, Custos Diretos. Isto significa que, há 5.000 anos antes de Cristo, o homem já considerava fundamental apurar os seus custos.

Os registros dos bens tornaram-se um hábito diário, explica Voltolini (1999), e, à medida que o mundo evoluía, aprimorava-se, também, a maneira com que se registrava o balancete mensal e anual. No período do papiro e das tábuas, já se estabelecia confronto entre saldos positivos e negativos, aplicando-se, mesmo que empiricamente, o princípio da Competência.

Miranda (1999) confia aos egípcios o legado de terem deixado um riquíssimo acervo aos historiadores da Contabilidade, uma vez que seus registros remontam a 6.000 anos antes de Cristo, cuja escrita era fiscalizada pelo Fisco Real, o que tornava os escriturários mais zelosos com relação à veracidade dos fatos.

A civilização grega no período de 1104 a 500 a.C. dotava-se da produção e comercialização de pão, vinho, metais, madeira, implementos agrícolas, armas e outros. Após as conquistas do rei Felipe e de seu sucessor Alexandre da Macedônia

entre 431-338 a.C., O Grande, a Grécia torna-se um grande império diante do domínio da Pérsia e de toda a margem do Mediterrâneo Oriental (NEVES, 2011).

Nesse período, observa Votolini (1999), os gregos habitavam-se na escritura de Contas de Custos e Receitas, procedendo no confronto de valores para apuração do saldo. Segundo o autor, os gregos aperfeiçoaram o modelo egípcio, estendendo a escrituração contábil a todas as atividades por eles desempenhadas, como administração pública, privada e bancária.

Apesar do destaque dado à civilização grega pelos autores supracitados, Silva considera tais afirmações sem precedentes, pois, de acordo com o autor, (2011, p. 29) “Seria impossível a ausência da Contabilidade na Grécia, tendo em vista que a sua organização administrativa não podia prescindir dos registros dos fatos realizados. Por outro lado, a existência das medidas, das moedas e dos créditos, necessitava de controle contábeis”.

As Partidas de Diário assemelhavam-se ao processo moderno: o registro iniciava-se com a data e o nome da conta, seguindo-se quantitativos unitários e totais, histórico, se ocorresse, sempre em ordem cronológica de entradas e saídas. Pode-se citar, entre outras contas: Conta de Pagamento de Escravos, Conta de Vendas Diárias, Conta Sintética Mensal dos Tributos Diversos. Estes registros indicam que foram os egípcios os primeiros povos a utilizar o valor monetário em seus registros. Usavam como base, uma moeda, cunhada em ouro e prata, denominada Shat.

De acordo com Marion (2011, p. 7), “Como naturalmente o homem é ambicioso, a Contabilidade existe desde o início da civilização. Alguns historiadores preferem dizer que essa ciência existe desde 4.000 a.C, outros informam em 6.000 a.C”. Sendo assim, os primeiros sinais de atividades comerciais nasceram há 4500 a.C., Quando culturas, civilizações e sumérios da Mesopotâmia deram início à atividade agrícola e ampliaram as vendas comerciais com o surgimento de novas cidades. O registro dessas barganhas era feito em placas de argila, nas quais eram verificados os resultados obtidos numa colheita, os elementos trocados e os impostos.

Os primeiros indícios de atividades comerciais surgiram há 4500 a.C., quando civilizações da Mesopotâmia – assírios, caldeus e sumérios se dedicaram à agricultura e fizeram surgir cidades e desenvolver atividades comerciais. O registro dessas atividades comerciais era feito em placas de argila, onde eram gravados os

resultados obtidos numa colheita, os objetos trocados, os impostos e taxas coletadas pelas seitas religiosas (PALHARES E RODRIGUES, 1990).

Há fatos que demonstram que os povos mais antigos como hindus, chineses, egípcios, fenícios, israelitas, persas, caldeus, assírios, gregos e os romanos deram mais destaque a ciência da contabilidade devido ao surgimento do comércio de escambo e posteriormente ao surgimento da moeda intensificando trocas diretas, indiretas e os empréstimos.

Há indícios de que a civilização hindu é a mais antiga, considerada o berço da humanidade, por ter seu início há 8.000 anos a.C.. Os hindus dedicavam-se à industrialização e à exportação de parte da produção de tecidos, brincos, objetos feitos de marfim e papel algodão.

Segundo Silva (2011, p. 21) “ Os registros eram feitos através de códigos, dentre os quais os mais famosos, o Código de Manu, no período entre os séculos XVI a VI a.C”. O Código de Manu faz parte de uma coleção de livros indianos, os quais trazem a legislação indiana bem como descreve o sistema de casta dessa sociedade em questão, no qual contém a hierarquia da sociedade. Segundo Silva (2011), os registros eram realizados pelos coletores de impostos, ou seja, ministros do rei, controladores administrativos.

Na China, a agricultura por volta dos séculos XIII e XII a.C. encontrava-se muito desenvolvida, inclusive provida com sistemas de irrigação. O comércio chinês destacava-se na exportação de tecidos de seda e produtos de ferro. A indústria desenvolveu-se com a produção de peças de porcelana e joalheria.

Segundo Silva (2011, p. 22) “Os arquivos do Extremo Oriente permitem comprovar a existência de títulos de créditos, moedas metálicas por volta do século VIII a.c. Ora, para a movimentação desses valores tornava-se indispensável a utilização de controles contábeis, mesmo que de forma rudimentar”.

A agropecuária da civilização egípcia era bastante desenvolvida e representava a maior fonte de riqueza de seu povo. Eles contavam, também, com uma organizada legislação do comércio bancário, devido à existência de bancos públicos e privados, o que tornava a contabilidade imprescindível.

Para Lopes de Sá (1997), “uma prova inequívoca do avançado estágio da contabilidade egípcia está apresentada nos registros do livro de contas da corte real de Tebas, ao fim do Reino Médio, onde a escrituração contábil era realizado por

processo matricial diário, evidenciando as origens e aplicações dos recursos da casa real”.

Os Fenícios por não possuírem uma terra propícia para o cultivo da agricultura, dedicavam-se à produção de cerâmicas, à fabricação de vidros e de várias espécies de utilidades de uso e adorno, bem como à produção de tecidos de várias espécies. Era um povo extremamente trabalhador e tiveram o mar como rota de comércio com o exterior. Até o século V a.C. eles dominaram todo o tráfego marítimo realizando contatos com povos da Ásia, África e Europa.

A Pérsia, assim como os fenícios, não possuía terras propícias à agricultura, porém tiveram destaque nas atividades da pecuária e nas indústrias de tecelagem, mobiliário e cerâmica. A contabilidade era indispensável para que houvesse controle das operações.

Segundo Silva (2011, p. 25):

“Mesmo com a perda de documentos que atestariam a presença da Contabilidade entre este povo, não temos a menor dúvida da sua existência. Um povo de atividade intensa, com muitas operações, não poderia deixar de possuir registro de suas transações. A memória dos homens seria incapaz de controlar as suas atividades internas e externas”.

O povo assírio era grande produtor de cereais e possuíam uma indústria bem diversificada, era uma civilização bastante desenvolvida para a época, 5000 anos a.C. o que tornava a comercialização interna e externa muito intensa e importante. Os assírios também contavam com importação de produtos como: madeira, perfumes, materiais de construção, dentre outros.

Silva (2011, p. 28) cita que:

“O famoso código do rei Hamurabi (2123-2081 a.C.) continha normas que regulavam o comércio, bem como, a relação entre patrões e empregados, sendo estes incumbidos de registrar as operações na Contabilidade, a fim de apurarem os lucros. Os empregados realizavam viagens determinadas pelos patrões e no seu regresso prestavam conta, sendo registradas na Contabilidade das empresas, a fim de apurar o lucro que cabia aos empregados viajantes”.

O livro a Bíblia dos Cristãos descreve interessantes relatos que comprovam a preocupação e a importância que os povos da época tinha quanto ao controle contábil ao longo do período que abrange deste o antigo até o novo testamento. É ilustrativa quando Jesus relatou em Lucas a parábola do administrador que fraudou

seu senhor, alterando os registros de valores a receber dos devedores, relatada em Lucas capítulo 16, versículos 1 a 7:

Havia um certo homem rico, o qual tinha um mordomo; e este foi acusado perante ele de dissipar os seus bens. E ele, chamando-o, disse-lhe: Que é isto que ouço de ti? Dá contas da tua mordomia, porque já não poderás ser mais meu mordomo. E o mordomo disse consigo: Que farei, pois que, o meu senhor, me tira a mordomia? Cavar, não posso; de mendigar, tenho vergonha. Eu sei o que hei de fazer, para que, quando for desapossado da mordomia, me recebam em suas casas. E, chamando a si cada um dos devedores do seu senhor, disse ao primeiro: Quanto deves ao meu senhor? E ele respondeu: Cem medidas de azeite. E disse-lhe: Toma a tua obrigação, e assentando-te já, escreve cinquenta. Disse depois a outro: E tu, quanto deves? E ele respondeu: Cem alqueires de trigo. E disse-lhe: Toma a tua obrigação, e escreve oitenta. (BIBLIA SAGRADA, 1982, p. 1258).

No antigo testamento encontram-se passagens como a ocorrida no tempo de José, no Egito que relata que houve tal acumulação de bens que perderam a conta do que se tinha. (Gênesis 41: 48-49):

E ele ajuntou todo o mantimento dos sete anos, que houve na terra do Egito; e guardou o mantimento nas cidades, pondo nas mesmas o mantimento do campo que estava ao redor de cada cidade. Assim ajuntou José muitíssimo trigo, como a areia do mar, até que cessou de contar; porquanto não havia numeração. (BIBLIA SAGRADA, 1982, P. 41).

Houve um homem muito rico, de nome Jó, cujo patrimônio foi detalhadamente inventariado no livro de Jó, capítulo 1, verso 3. Depois de perder tudo, ele recupera os bens, e um novo inventário é apresentado em Jó, capítulo 42, verso 12.

Possuía sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois e quinhentos jumentos e servos em grande número. Este homem era o mais famoso de todo o oriente.

O Senhor abençoou a Jó pelo fim de sua vida mais do que no princípio; possuía agora quatorze mil ovelhas, seis mil camelos, mil juntas de bois e mil jumentas.

Os bens e as rendas de Salomão também foram inventariados em 1º Reis 4: 22-26 e 10: 14-17.

Era, pois, o provimento de Salomão cada dia, trinta coros de flor de farinha, e sessenta coros de farinha; Dez bois cevados, e vinte bois de pasto, e cem carneiros; afora os veados e as cabras montesas, e os corços, e aves cevadas. Porque dominava sobre tudo quanto havia do lado de cá do rio, Tífsa até Gaza, sobre todos os reis do lado de cá do rio; e tinha paz de todos os lados em redor dele. E Judá e Israel habitavam seguros, cada um

debaixo da sua videira, e debaixo da sua figueira, desde Dã até Berseba, todos os dias de Salomão. Tinha também Salomão quarenta mil estrebarias de cavalos para os seus carros, e doze mil cavaleiros. (BIBLIA SAGRADA, 1982, P. 372).

E o peso do ouro que se trazia a Salomão cada ano era de seiscentos e sessenta e seis talentos de ouro; Além do que entrava dos negociantes, e do contrato dos especieiros, e de todos os reis da Arábia, e dos governadores da mesma terra. Também o rei Salomão fez duzentos paveses de ouro batido; seiscentos ciclos de ouro destinou para cada pavês; Fez também trezentos escudos de ouro batido; três arráteis de ouro destinou para cada escudo; e o rei os pôs na casa do bosque do Líbano. (BIBLIA SAGRADA, 1982, P. 384).

Ainda, se relata a história de um devedor, que foi perdoado de sua dívida registrada (Mateus 18: 23-28).

Por isso o reino dos céus pode comparar-se a um certo rei que quis fazer contas com os seus servos; E, começando a fazer contas, foi-lhe apresentado um que lhe devia dez mil talentos; e, não tendo ele com que pagar, o seu senhor mandou que ele, e sua mulher e seus filhos fossem vendidos, com tudo quanto tinha, para que a dívida se lhe pagasse. Então aquele servo, prostrando-se, o reverenciava, dizendo: Senhor, sê generoso para comigo, e tudo te pagarei.

Então o Senhor daquele servo, movido de íntima compaixão, soltou-o e perdoou-lhe a dívida. Saindo, porém, aquele servo, encontrou um dos seus conservos, que lhe devia cem dinheiros, e, lançando mão dele, sufocava-o, dizendo: Paga-me o que me deves. (BIBLIA SAGRADA, 1982, P. 1198).

Em outra parábola de Jesus, há citação de um construtor, que faz contas para verificar se o que dispunha era suficiente para construir uma torre (Lucas 14: 28-30).

Pois qual de vós, querendo edificar uma torre, não se assenta primeiro a fazer as contas dos gastos, para ver se tem com que a acabar? Para que não aconteça que, depois de haver posto os alicerces, e não a podendo acabar, todos os que a virem comecem a escarnecer dele, Dizendo: Este homem começou a edificar e não pôde acabar. (BIBLIA SAGRADA, 1982, P. 1257).

Tais relatos retratam que o controle dos bens, direitos e obrigações mesmo que de forma simples se comparados com métodos atuais sempre esteve presente no cotidiano das civilizações independentemente da atividade econômica exercida durante aquele período.

## 1.2 História Média ou da sistematização da contabilidade

A Idade Média, se comparada com o Renascimento, período de grande desenvolvimento cultural, artístico e científico, é vista por muitos como uma época em que ocorreram poucas invenções e descobertas científicas em função da grande influência religiosa exercida pela Igreja Católica; por outro lado, a época medieval foi marcada por importantes invenções e descobertas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da civilização.

Portanto, a idade média foi sim um período de grande importância para a humanidade, especialmente na história da Contabilidade. Na Itália, em 1202, foi publicado o livro "LiberAbaci", de Leonardo Pisano. Na época, estudavam-se técnicas matemáticas, pesos e medidas, câmbio, o que possibilitou ao homem evoluir seus conhecimentos comerciais e financeiros.

Nos séculos XII e XIII, houve grande expansão da indústria artesanal com o surgimento de novas técnicas no sistema de mineração e metalurgia. O processo de produção na sociedade capitalista gerou acúmulo de capital, provocando alteração das relações de trabalho. O trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado, tornando os registros mais complexos.

Neste período a publicação de três grandes obras foram marco importante na história da contabilidade.

Segundo Ludícibus (1997, p. 41):

1340 - Francesco di Balduccio Pegolotti escreve La Pratica dela Mercatura uma espécie de enciclopédia do comerciante da época e obra fundamental para a análise da evolução da contabilidade e dos usos e costumes comerciais. 1458 - Benedetto Cotrugli lança Della Mercatura et del Mercante Perfetto, 14 publicado apenas em 1573. Segundo Frederico Melis, alguns autores viram nesse trabalho uma etapa fundamental da história da Contabilidade. 1494 - Luca Pacioli publica, em Veneza, a Summa de Aritmetica Geometria, Proportioni et Proporgionalità, na qual se distingue, para a história da contabilidade, o Tractatus de Computis et Scripturis, marco básico na evolução da contabilidade. Nesse tratado, talvez pela primeira vez, o método contábil é explicado integralmente a partir do inventário. Pacioli é considerado, portanto, o "pai dos autores de Contabilidade".

No início do Século XIV, já se encontravam registros de custos comerciais e industriais, nas suas diversas fases: custo de aquisição; custo de transporte e dos tributos; juros sobre o capital, mão de obra; estocagem; dentre outros, o que representava um controle bastante avançado para época.

Certamente a contabilidade antes de ciência, foi, em seus inícios, um sistema completo de escrituração. O método das partidas dobradas, base do sistema, embora publicado apenas em 1494 pelo Frei Luca Pacioli, encontra seus registros iniciais já em 1299-1300 em uma empresa de mercadores de Florença e de uma forma mais completa, em 1340, na cidade de Gênova.

### **1.3 História Moderna ou da Literatura da Contabilidade**

O período moderno, considerado a fase da pré-ciência, foi marcado por três eventos importantes. O primeiro, 1453, foi a tomada pelos turcos de Constantinopla, o que fez com que grandes sábios bizantinos emigrassem, principalmente para Itália; logo em 1492, é descoberta a América e, em 1500, o Brasil, o que representaram um enorme potencial de riquezas para alguns países europeus; e, finalmente, em 1517, a reforma religiosa; o que fez com que os protestantes, perseguidos na Europa, emigram para as Américas, onde se radicaram e iniciaram nova vida.

Diante destes acontecimentos, a contabilidade tornou-se de fundamental importância para o controle das inúmeras riquezas que o Novo Mundo representava.

A invenção da prensa por Gutemberg em 1440, pois possibilitou uma ampla difusão da obra do Frei Luca Pacioli, que marca o início da fase moderna da contabilidade, pois não só sistematizou a contabilidade, como também abriu precedente para novas pesquisas sobre o assunto.

Pacioli foi matemático, teólogo, contabilista. Deixou muitas obras, destacando-se a "Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá", publicada em Veneza, na qual está inserido o seu tratado sobre Contabilidade e Escrituração.

A mais conhecida e importante obra que Pacioli escreveu foi "Tractatus de Computis et Scripturis" (Contabilidade por Partidas Dobradas), publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos. Sobre o Método das Partidas Dobradas, Frei Luca Pacioli expôs a terminologia adaptada:

"Per ", mediante o qual se reconhece o devedor;

"A ", pelo qual se reconhece o credor.

Acrescentou que, primeiro deve vir o devedor, e depois o credor, prática que se usa até hoje.

Pesquisadores como o Professor Lopes de Sá (2004), conforme citado por Antônio, (2011, p. 199) defendem que, antes de Pacioli, outros autores já utilizavam do método das partidas dobradas:

Na Arábia Abdullah Ibm Mehammed Ibm Kija al Mazendarani, no ano de 1363 já tratava do assunto como muito conhecimento de causa em seu livro intitulado **Risale – I – Felekiye**.

Lopes de Sá disse, ainda, que antes do autor árabe, já eram conhecidas as Partidas Dobradas na Itália, por volta dos anos de 1250 a 1280, isto é, há 100 anos antes de Abdullah e 231 de Pacioli.

O fato é que não se sabe muito bem quem inventou o método das partidas dobradas, mas não há dúvidas de que ao publicá-lo, o Frei Luca Pacioli prestou um grande serviço à humanidade; pois a técnica desenvolvida a mais de 500 anos é considerada até os dias de hoje moderna e de extrema eficácia.

Esta fase da história da contabilidade contou com a contribuição de importantes autores em diversas áreas devido a publicação de suas obras, porém, alguns mereceram destaque em suas épocas:

Em 1.586 – **Angelo Pietra** publica seu **Indirizzo degli Economi o sia Ordinatissima Istruzione da Regolatamente Formare qualunque Scrittura in un Libro Doppio** (Endereço dos Economistas, ou seja, Ordenatíssima Instrução da Regulação da Escritura Formal em Livro Duplo). Nesta obra, Pietra relata a aplicação do método contábil na administração de seu convento e faz referência às aplicações bancárias e patrimoniais.

Em 1.636 - **Ludovico Flori** publica **Tratato del Modo di Tenere il Libro Doppio Domestico col suo Esemplare** (Tratado do Modo de ter o Livro Duplo Doméstico com ou sem Exemplar), esta obra descreve a aplicação do método das partidas dobradas aos mosteiros.

Em 1.803 - **Niccolo D'Anastasio** publica **La Scrittura Doppia Ridotta a Scienza** (A Escritura Dupla Reduzida à Ciência), esta obra tem o objetivo de demonstrar o caráter científico da contabilidade.

Em 1.838 - **Giuseppe Ludovico Crippa** publica **La Scienza dei Conti Ossia l'Arte di Tenere i Libri e Compilare i Bilanci di Ogni Azienda**. (A Ciência do

Cálculo, ou seja, a Arte de ter os Livros e Compilar os Registros de toda Fazenda), esta obra trata da teoria econômica das contas.

### 1.3.1 A Economia de Adam Smith

Adam Smith nasceu em Kirkcaldy, Fifeshire, Escócia, em 1723, filho de uma típica família da classe alta não nobre da época. Seu pai, Adam Smith, era funcionário público que chegou a ocupar postos de certa importância na administração escocesa, e sua mãe, Margareth Douglas Smith, descendia de proprietários de terras do condado de Fife. Em 1752 torna-se Professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow, cargo que irá ocupar ininterruptamente até o início de 1764, quando consolidam tanto sua reputação intelectual como seu interesse acadêmico pela Economia (SMITH, 1996).

Há cerca de dois séculos, Adam Smith goza de reputação bem difundida por ser o fundador da ciência econômica. As transformações metodológicas e conceituais que marcaram a evolução da teoria econômica ao longo deste período não foram suficientes para retirar o estatuto canônico da Riqueza das nações, que segue apontada como modelo original e fonte de inspiração de sucessivas gerações de economistas das mais distintas orientações (TRIBE, 1999).

A importância da grande obra econômica de Adam Smith é usualmente definida pelos efeitos de sua influência como o marco do início do enfoque científico dos fenômenos econômicos bem como do comércio livre cambista do século XIX, explica Winston Fritsch (1996). Conforme Smith (1996), em *A Riqueza das Nações*, o crescimento econômico da sociedade está associado à riqueza e ao bem-estar das nações, identificado com seu produto anual per capita que, dado o conjunto de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho útil ou produtivo de seus indivíduos, e também pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total.

Lisbôa (2010) explica a teoria de Smith nas seguintes palavras:

Um mercado livre poderá produzir de acordo com a expectativa da sociedade, produzindo bens na quantidade e no preço que ela espera. Por exemplo, se há apenas um comerciante que venda algodão doce em determinada sociedade, ele poderia colocar os preços no patamar que bem entendesse, mas na medida em que os demais membros da sociedade

percebessem a grande margem de lucro que o vendedor de algodão doce está tendo, iriam aparecer novos vendedores de algodão doce e, conseqüentemente, os preços iriam se adequar ao binômio oferta/procura.

É uma explicação bastante simples para a teoria que comanda o mercado econômico e suas implicações para a sociedade. De acordo com Smith, é preciso que haja liberdade na produção e na procura, uma vez que o mercado é comandado pela necessidade do consumo (e, por conseguinte, do consumidor).

Nesse sentido, vemos que Smith defendia os ideais do liberalismo dentro da Economia, porém, não negava que o Estado, em ocasiões pontuais, deveria intervir para evitar a ocorrência de monopólios ou de cartéis comerciais, uma vez que o mercado para se autorregular necessita de competitividade, livre concorrência, a fim de atender os anseios da sociedade tanto na produção quanto na qualidade dos produtos ofertados e até mesmo no preço destes. Enfim, Smith demonstrou por meio de sua obra que o Estado deveria intervir o mínimo possível na Economia, ponto em que estamos nos referindo à baixa tributação e ao estímulo da livre concorrência entre os membros da sociedade, pois somente desta forma o mercado se autorregularia e produziria bens na quantidade e no preço que a própria sociedade espera. Afinal, a intervenção direta do Estado na Economia acarretaria na redução do bem-estar social (LISBÔA, 2010).

Smith (1996) considera que o estabelecimento do livre comércio gera independência, constituindo, portanto, a melhor política para a sociedade econômica. Isso assegura, certamente, ao povo melhores salários e, em consequência disso, um país instaurado na produtividade geral. Como efeito do livre mercado, os preços baixos ou a abundância de mercadorias é o melhor meio para garantir a riqueza de mercado bem como a satisfação das necessidades naturais da humanidade. Com relação ao trabalho, Smith considera que a opulência provém da divisão do trabalho, sendo essa a maneira de se gerar multiplicação do produto. “Assim, dizia ele, a divisão do trabalho é a grande causa do aumento de opulência pública, a qual sempre é proporcional à laboriosidade do povo e não à quantidade de ouro e prata, como se imagina insensatamente” (SMITH, 1996, p.30).

Proveniente do livre mercado, o qual, segundo Smith, é o meio de se gerar riquezas, advém a não intervenção do mercado na economia. Desta forma, a intervenção do Estado ocasionaria numa Economia menos eficiente, gerando, portanto, menos riquezas, não só ao próprio ente governamental como também para

os indivíduos. Conforme Smith, os indivíduos, ainda que estejam em busca de seu próprio capital, sem pensar na sociedade, acabam contribuindo para o todo, mesmo que indiretamente.

Para Smith, todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta em maiores vantagens para a sociedade.

Como o indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade para que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo se esforça para aumentar ao máximo possível a renda da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto está o promove, uma vez que visa apenas seu próprio ganho e, neste, caso é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções (SMITH, 1996).

Conclusivamente, cumpre mencionar que Adam Smith sistematizou e organizou as ideias sobre Economia, influenciando de forma direta os teóricos que depois dele vieram, defendendo o liberalismo econômico por meio da não intervenção direta do Estado na Economia e do ideal de um mercado que se autorregula em razão da produção para atender as necessidades de determinada sociedade (oferta/procura), sendo o criador da livre-concorrência (LISBOA, 2010).

#### **1.4 História Contemporânea ou Científica da Contabilidade**

O início do período científico teve a contribuição de dois grandes autores consagrados: Francesco Villa, escritor milanês, contabilista público, que, com sua obra *La Contabilità Applicata alle amministrazioni Private e Pubbliche*, inicia a nova fase; e Fábio Bésta, escritor veneziano.

Francisco Villa nasceu em 1801 na cidade de Milão – Itália, e foi um dos precursores a reconhecer o controle como um dos objetivos da Contabilidade. Para ele a escrituração e guarda de livros não poderiam ser feitas por qualquer pessoa,

mesmo sendo detentora de múltiplos conhecimento, Francisco Villa ensinou seguindo sempre na direção do pensamento positivo:

...o pleno conhecimento da manutenção de contas e registros constitui a arte de quem computa (guarda livros), mas não é suficiente para um contador... o qual não se limita só a manter livros, mas, a censura das prestações de contas que de tais livros se deve extrair sem que não poderá haver um critério de julgamento dos resultados de uma administração, nem se conhecer a natureza desta, os detalhes, as normas, as leis e a adequação que rege.

Francisco Villa entendia que a Contabilidade implicava conhecer a natureza, os detalhes, as normas, as leis e as práticas que regem o patrimônio. Foi o começo da fase científica da Contabilidade.

Fábio Bésta nasceu em 1845 em Teglio de Valtellina, na Lombardia, foi seguidor de Francesco Villa e superou o mestre em seus ensinamentos, pois, demonstrou o elemento fundamental da conta, o valor, e chegou muito perto de definir o patrimônio como objeto da Contabilidade; porém, foi Vincenzo Mazzi quem pela primeira vez, em 1923, definiu o patrimônio como objeto da Contabilidade e teve o mérito incontestável de chamar atenção para o fato de que a Contabilidade é muito mais do que um mero registro: é um instrumento básico de gestão. Sua obra de maior destaque foi publicada em 1909, intitulada *La Regioneria*, contendo três volumes.

Roover (1955, apud SCHIMIDT, 2000) afirma que o trabalho de Bésta "...é considerado por muitos italianos como a Bíblia para a história da Contabilidade, bem como, para problemas contemporâneos de teoria e prática". Em outras palavras, Bésta, em suas demonstrações, presenteia os profissionais em contabilidade com elementos e conceitos que facilitam o estudo da contabilidade, aprimorando o conhecimento sobre contas e valores, os quais são utilizados nos dias atuais.

Fábio Bésta definiu a Contabilidade como a ciência do controle administrativo, cujo objetivo é de obter maiores resultados com menores dispêndios.

Os estudos a respeito da Contabilidade propiciaram o surgimento de três escolas do pensamento contábil: a Escola Lombarda, chefiada por Francisco Villa; a Escola Toscana, chefiada por Giuseppe Cerboni e a Escola Veneziana, chefiada por Fábio Bésta.

Pesquisas bibliográficas, artigos, dissertações e teses sobre a evolução da contabilidade e suas ramificações constatam que o Brasil não possui uma escola

tipicamente brasileira, sendo assim, apoiou-se inicialmente na escola italiana e posteriormente na norte-americana.

A contabilidade se instituiu no Brasil no começo do século XIX com a vinda da Família Real Portuguesa quando surgiu a atividade comercial, bem como, a abertura dos portos e conseqüentemente a necessidade de controlar os gastos públicos e também a renda das províncias. Para tanto, constituiu-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil (1808). As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

Silva (2011, p. 107) relata que:

“O Erário Régio foi criado no Brasil, em 1808, com a chegada ao Brasil da família real, o Príncipe Regente, D. João, futuro D. João VI, com a rainha D. Maria I. Era dirigido por um presidente também com função de inspetor geral. Na criação do Relo Erário são nomeados quatro contadores gerais para as quatro repartições em que o mesmo fica dividido sendo pessoas com ciência do cálculo mercantil e experientes na arrumação dos livros por partidas dobradas.

O primeiro contador será o responsável pela entrada dos dinheiros na Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura. O segundo contador será encarregado das entradas dos direitos e rendas na Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira. O terceiro contador responderá pelas entradas das rendas na Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baía. O quarto contador ficará encarregado de fazer entrar todos os produtos na Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa.

Ocorreu em 1808 a primeira referência oficial à escrituração contábil, quando o Príncipe Regente, D. João VI, (apud, Schmidt 2000) elabora um texto carta que consta os seguintes dizeres:

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

A referência à primeira aula de Comércio no Brasil aparece em decreto do Príncipe Regente D. João VI em 1808:

Sendo absolutamente necessário o estudo da Sciencia Econômca na presente conjuntura..., e por me constar que José da Silva Lisboa tem todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela sciencia sem a qual se caminha ás cegas e com passos muito lentos, ... lhe faço mercê da propriedade e regência de uma Cadeira e Aula Pública, que por este mesmo Decreto sou servido criar no Rio de Janeiro...

No Brasil, mediante Alvará de 15 de julho de 1809, foram oficializados as Aulas de Comércio, com nomeação do Sr. José Antônio Lisboa, que se torna o primeiro professor de Contabilidade no Brasil.

Em 1833, Estevão Rafael de Carvalho escreve a obra “A Metafísica da Contabilidade Comercial”, a qual apresentava o método das partidas dobradas, e propunha que Contabilidade fosse elevada à condição de Ciência. Segundo Ericeira (2003, p.54) esta obra teve ampla divulgação; entretanto, não houve interessados em sua aquisição. A publicação em formato de livro ocorreu apenas em 1837.

Em 1846, por meio do Decreto nº 456, de 23 de julho, foi fixado o regulamento das “aulas de comércio”, com duração estabelecida em dois anos, e cujos exames finais abordavam as disciplinas de Matemática, Geografia, Economia Política, Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais. Este diploma legal alterou a denominação das “aulas práticas” para “aulas de comércio”.

A promulgação do primeiro Código Comercial Brasileiro por meio da Lei nº 556 do Art. 290, de 25 de junho de 1850 pelo Imperador D. Pedro II, trouxe a obrigatoriedade de as empresas manterem a escrituração contábil.

Art. 290. Em nenhuma associação mercantil poderá se recusar aos sócios o exame de todos os livros, documentos, escrituração e correspondência, e do estado de caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer; salvo tendo-se estabelecido no contrato ou qualquer outro título da instituição da sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter lugar. (CÓDICO COMERCIAL, 1850).

Segundo D' Áuria (1948), o Código Comercial Brasileiro, de 1850, qualifica o guarda-livros como preposto do comerciante. Ressalta que somente após o decreto nº 9.295/46 que a profissão de contador é considerada legalmente, tendo sido medida complementar a criação do Conselho Federal de Contabilidade e seus registros, nos Estados. Hoje é obrigatório o registro dos profissionais, para que possam exercer, legalmente, a função de contador.

Para Schmidt (2000, p. 205), o Código Comercial de 1850 “instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço geral composto de bens, direitos e obrigações, das empresas comerciais”.

Em 22 de agosto de 1860 é promulgada a Lei nº 1083, que corrigiu alguns erros do Código Comercial de 1850, e determinou para as empresas a obrigatoriedade de publicar e de remeter ao governo, nos prazos e pelo modo estabelecido em seus regulamentos, os balanços, demonstrações e documentos por estes determinados. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 2679, de 03 de novembro do mesmo ano, que definiu as datas máximas para a publicação de balanços e para quais órgãos as empresas deveriam enviar as referidas demonstrações contábeis.

De acordo com Ludícibus e Ricardino Filho (2002, p. 7) a Lei nº 1083 é a primeira Lei das Sociedades por Ações no Brasil, e tornou públicos os padrões contábeis nacionalmente adotados, até que a Lei nº 2627/40 apresentasse outras disposições.

No ano de 1869 foi criada a Associação dos Guarda-Livros da Corte, sendo reconhecida oficialmente em 1870 pelo Decreto Imperial nº 4.475; este fato foi muito importante, pois estava constituído o guarda-livros como a primeira profissão liberal do Brasil. O guarda-livros, como era conhecido antigamente o profissional de Contabilidade, era um profissional ou empregado incumbido de fazer os seguintes trabalhos da firma: elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro, por meio de pagamentos e recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil. Exigia-se que estes profissionais tivessem domínio das línguas portuguesa e francesa, além de uma aperfeiçoada caligrafia. (REIS; SILVA; SILVA. 2007. p.04)

Embora houvesse estímulos da área pública, o desinteresse da população pelo ensino comercial não se desenvolvia, aproximadamente cem anos após o movimento do Grêmio do Guarda-livros de São Paulo para criação do curso que houve a sua consolidação.

Em 1902 surgiu em São Paulo a Escola Prática de Comércio, atualmente Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado que criou um curso que oficializasse a profissão contábil com o intuito de estudar e controlar a contabilidade das empresas comerciais. Nesse mesmo período foi fundada a primeira escola

especializada no ensino de contabilidade, a Escola de Comércio Álvares Penteado (IUDÍCIBUS, 2000).

A década de 30 inicia efetivamente o processo de industrialização do país devido a vários fatores que contribuíram para a intensificação da indústria, dentre eles pode-se destacar, o crescimento dos centros urbanos devido ao êxodo rural, a utilização das ferrovias e dos portos pelo setor industrial além da abundante mão de obra estrangeira.

Para a contabilidade, as décadas de 30 e 40 do século XX foram marcadas por ações relativas à maiores exigências do profissional contábil, determinando a obrigatoriedade da assinatura dos mesmos em livros e documentos das empresas, bem como mais envolvimento nas novas ações governamentais que buscassem a padronização contábil, da equiparação de direitos em função da regulamentação exigida pelo novo cenário e da criação dos principais órgãos de classe da profissão contábil no País.

Por meio do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, foram criados os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, com a finalidade de fiscalizar e reger a profissão contábil. Definiu-se também o perfil dos contabilistas, sendo contadores os graduados em cursos universitários de Ciências Contábeis; técnicos de contabilidade os contadores de nível médio, das escolas comerciais; e guarda-livros aqueles que não tinham escolaridade formal, e exerciam atividades de escrituração mercantil, passando a ser técnico contábil com a regulamentação da Lei nº 3.384/58.

O primeiro registro profissional de Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do atual Estado do Rio de Janeiro, foi o do Senador João Lyra, considerado Patrono da Classe Contábil, homenageado pela sua importante contribuição na luta pela regulamentação da profissão contábil.

A criação do Conselho Federal de Contabilidade, atribuído para organizar o seu regimento interno, aprovar os Regimentos Internos organizados pelos Conselhos Estaduais, tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las, decidir em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados. (JOSÉ, 2011. s.p.)

A doutrina contábil é recente no Brasil, e, até a primeira metade do século XX, sofreu grandes influências da cultura contábil da Itália, pelo fato deste país ser

considerado o berço da Contabilidade e que deu origem ao método das partidas dobradas. Somente em 15 de dezembro de 1976, é que foi publicada no Brasil a Lei nº 6.404, com o objetivo de regulamentar os princípios contábeis e disciplinar as companhias abertas de acordo com orientação internacional especialmente norte americana.

[...] criar estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no País, imprescindível à sobrevivência da empresa privada na fase atual da economia brasileira. A mobilização da poupança popular e seu encaminhamento voluntário para o setor empresarial exigem, contudo, o estabelecimento de uma sistemática que assegure ao acionista minoritário o respeito a regras definidas e equitativas, as quais, sem imobilizar o empresário em suas iniciativas, ofereçam atrativos suficientes de segurança e rentabilidade. (Lei das S.A., 1976, p. 20)

A publicação da lei nº 6.404/76 norteou a contabilidade no Brasil até o ano de 2007. Devido à globalização e à internacionalização da economia brasileira e em atendimento às necessidades da sociedade brasileira, foi publicada a Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, introduzindo mudanças significativas no contexto da Contabilidade Empresarial.

## 2 NORMAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

Este capítulo tem o objetivo de discorrer sobre as normas, o que se tem como padrão na área contábil, e o que é aceito como conduta no país; e sobre as práticas contábeis, o que é a realidade na contabilidade brasileira, expondo o que são e qual a importância de existirem.

O consumidor tem exigido muito das empresas, pois estão sempre em busca de melhores produtos, melhores celulares, melhores computadores. De acordo com Borges, Zioli e Biazon (2015), esses fatores podem impedir o crescimento e o progresso das empresas por torná-las sensíveis às mudanças e às variações econômicas, o que provoca fragilidade em sua capacidade competitiva e gestão interna.

Em virtude da conquista de novos consumidores e de manter fieis os consumidores já existentes, o mercado exige das empresas adaptações e mudanças que, por vezes, podem levá-las ao sucesso ou ao fracasso, rapidamente. Nesse contexto, Borges, Zioli e Biazon (2015, p.1) afirmam que “os gestores devem coordenar da melhor maneira possível a informação contábil” da empresa a fim de lhes fornecer dados corretos e adequados sobre a real situação econômica e financeira em que vive a organização no momento.

Nessa ótica, como campo de conhecimento, a contabilidade retrata uma evolução contínua diante das muitas transformações que se produzem nas empresas, devido aos impactos econômicos vividos pela crescente globalização. Essa situação é percebida no cenário empresarial, principalmente no que tange ao contexto da adoção de padrões contábeis. O homem vive em uma era, que se traduz, fundamentalmente, em inovação, tecnologia avançada, e, sobretudo, em pessoas com habilidades diversas. A contabilidade, nesse tom, buscou sempre acompanhar as transformações sociais. Por meio da evidenciação, possui propósito de divulgar a realidade patrimonial gerada pelas organizações (PASSINI, 2015).

A contabilidade consiste em um sistema de informações que controla o patrimônio de uma organização, fornecendo suporte no intuito de que os gestores possam tomar as decisões norteadas em relatórios contábeis. Como uma das ciências mais antigas, tem demonstrado, no decorrer dos tempos, grandes evoluções em razão dos aspectos histórico, político, econômico e outros. A maior

influência sofrida pela contabilidade atualmente é por meio da padronização das normas contábeis em conformidade com as normas internacionais (PASSINI, 2015).

Borges, Zioli e Biazon (2015, p.2) por considerarem que as informações concretas sobre as empresas somente são possíveis a partir de um estruturado sistema gerencial contábil o que fornecerá ferramentas essenciais para a tomada de decisões dos gestores, e também, que contribuirá com o conhecimento do potencial informativo da área contábil, cujas “informações podem ajudar a identificar e resolver os problemas que a empresa enfrenta durante o seu exercício”.

Essa padronização contempla a adoção de um novo padrão contábil que oferece mudanças na forma de evidenciação, mensuração, reconhecimento e divulgação de fatos contábeis. Isso conduz a impactos na representação do cenário patrimonial, econômico e financeiro das empresas. Normas são princípios que servem como regra, apresentam modelos ou exemplos a serem seguidos, ou seja, a padronização.

As normas contábeis no Brasil seguem as Normas Internacionais de Contabilidade Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). Estas normas têm o objetivo de contribuir para a uniformização dos relatórios contábil-financeiros, e, conseqüentemente, para a relevância e confiabilidade das informações colocadas à disposição do mercado pelas companhias, considera Azevedo (2016).

A IFRS foi estabelecida a fim de estimular ao fluxo de capitais entre os países membros da União Europeia. O Parlamento Europeu estabeleceu, por meio do Regulamento nº 1.606/2014, a adoção das Normas Contábeis Internacionais, conhecidas como International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 para as demonstrações contábeis consolidadas. Oliveira, Lemes *apud* (EUROPEAN UNION PARLIAMENT, 2002).

Para Antunes, Antunes e Penteado (2007) a adoção de normas internacionais de contabilidade pelas empresas mundiais contribuirá para o aumento de investimentos, uma vez que as informações contábeis tornar-se-ão mais confiáveis e comparáveis no mercado globalizado.

Com o advento da globalização comercial e financeira, cresceu o interesse por atrair capital estrangeiro por parte das empresas brasileiras. Para atender ao mercado e estabelecer a confiabilidade nas corporações brasileiras, a promulgação da Lei nº 11.638/2007 dá início ao processo de adoção da IFRS a partir das quais os

relatórios contábil-financeiros apresentam a relevância como característica qualitativa fundamental, e a confiabilidade das informações colocadas à disposição do mercado pelas companhias (AZEVEDO, 2016). Em 13 de julho de 2007 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprova a Instrução nº 457, que tornou obrigatória a adoção das normas internacionais de contabilidade para as empresas brasileiras de capital aberto.

Conforme Azevedo (2016, p.14)

O Brasil preocupou-se em criar um ambiente propício para aqueles investidores que buscam investir seu capital em ambientes confiáveis e favoráveis, resultando na atuação de importantes agentes de mercados de capitais e na elaboração de códigos de conduta com o intuito de fornecer incentivos, mecanismos e recomendações de melhores práticas de governança.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais ocorreu em duas fases. A primeira foi entre os anos 2008 e 2009, momento em que houve aplicação parcial dessas novas normas, e a segunda ocorreu em 2010, quando efetivou-se a aplicação das normas com todos os Pronunciamentos Contábeis (CPCs) vigentes em conformidade com os padrões internacionais. (AZEVEDO, 2016).

Desta forma, inseriu-se definitivamente a adoção das **IFRS** nos sistemas contábeis das empresas brasileiras.

## 2.1 Órgãos Regulamentadores Nacionais

Propõe-se uma pesquisa acerca dos órgãos regulamentadores nacionais bem como das principais mudanças na Contabilidade Brasileira em decorrência da aprovação da Lei nº 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1.976.

Por se tratarem de leis antigas, tornaram-se obsoletas e passaram a não atender de maneira adequada e, a contento, as necessidades de informações econômicas e financeiras da atualidade. A nova Lei tem se apresentado benéfica para as empresas, investidores e profissionais de contabilidade que precisaram se

atualizar a fim de compreender e atender às novas exigências. É de fundamental importância para o aprofundamento e construção de nossos estudos saber a distinção entre normas e práticas contábeis, para tanto, iremos nos apoiar em Lopes de Sá e Cardoso:

De acordo com Lopes de Sá (2005, p. 276) norma contábil é “regra a ser seguida na elaboração de registros ou demonstrações”

Segundo Cardoso (2007, pp. 150 e 151):

“entende-se por práticas contábeis os procedimentos para a elaboração e evidenciação das demonstrações contábeis. Embora a contabilidade societária (aquela voltada para os usuários externos à firma) seja intensamente regulada, a interpretação, o julgamento e a subjetividade do contador são inerentes à atividade profissional, afinal a contabilidade não é uma ciência exata. Essa subjetividade permitida pelas normas dá ao gesto e ao contador opções de escolher entre duas ou mais práticas contábeis distintas”.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) interpretam as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) de acordo com os documentos, emitidos pelo Comitê de pronunciamento Contábil (CPC), convergentes com as normas do International Accounting Standards Board (IASB). Portanto, o IASB traduz as Normas Internacionais, o CPC elabora os documentos de acordo com a tradução e o CFC com base nestes documentos emite as normas que orientam os profissionais contábeis e as organizações.

Os principais organismos envolvidos com a contabilidade se uniram para atender à necessidade de estabelecer sintonia entre as normas contábeis, e buscar soluções para as questões adversas à realidade atual das economias, o que propiciou várias medidas de melhorias regulamentadas pelos órgãos como o Conselho Federal de Contabilidade, o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e a Comissão de Valores Mobiliários.

### 2.1.1 International Accounting Standards Board - IASBI

O International Accounting Standards Board (IASB) (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade) é o órgão sucessor do antigo International Accounting Standards Committee (IASC). Embora não tenha poderes para impor suas normas contábeis localmente, exerce grande influência nos órgãos envolvidos

no processo de convergência das práticas contábeis, pois objetiva desenvolver normas contábeis para comunidade internacional, proporcionando informações transparentes e de possível comparabilidade, tendo como foco a minimização dos conflitos contábeis.

De acordo com Oliveira (2011, p. 159):

“o processo de convergência, no Brasil, culminou na assinatura do Memorando de Entendimentos entre o CFC, O CPC e o IASB, em 28 de janeiro de 2010, e, de acordo com o CPC (2010), constitui-se em um importante marco na inserção do Brasil no diálogo internacional sobre a elaboração e a adoção das IFRS”.

A fundação do International Accounting Standards Committee (IASC<sup>3</sup>) foi liderada por Sir Henri Benson<sup>4</sup>, na tentativa de promover a harmonização internacional das normas contábeis para diminuir as diferenças nas práticas contábeis entre os países e foi a primeira tentativa de normalização contábil internacional. Benson acreditava que a imagem verdadeira e fiel na lei societária britânica era algo exclusivo da cultura contábil daquele país e não havia contrapartida na legislação continental. Além disso, as normas e práticas contábeis britânicas poderiam beneficiar-se da participação de seus órgãos contábeis em um empreendimento global colaborativo de normalização (ZEFF, 2014).

Inicialmente, os membros das nove delegações eram sócios de empresas de auditoria, profissionais de auditoria independente, executivos de órgãos contábeis nacionais, um acadêmico e um executivo financeiro, todos trabalhando em tempo parcial. Nos anos seguintes, mais executivos financeiros e usuários das demonstrações contábeis tornaram-se membros (ZEFF, 2014).

As reuniões do conselho representavam um desafio para algumas delegações. Como as deliberações ocorriam em inglês (com vários sotaques nacionais), os membros da França, Alemanha, Japão e dos Países Baixos eram obrigados a discutir questões técnicas de contabilidade em outro idioma. Com mais

<sup>3</sup> : Comitê Internacional de Modelos de Contabilidade

<sup>4</sup> Sir Henry Benson (posteriormente Lord Benson), sócio sênior na empresa britânica Cooper Brothers & Co. (posteriormente Coopers e Lybrand e hoje parte da Pricewaterhouse Coopers) e presidente do Institute of Chartered Accountants In England and Wales (ICAEW), em 1966-67. Liderou um movimento para abordar a questão das diversas práticas contábeis.

de 25 membros do conselho, além da equipe, sentados ao redor de uma grande mesa, a compreensão e comunicação das perspectivas não devem ter sido fáceis para todos os participantes (ZEFF, 2014).

Para o International Accounting Standards Board (IASB<sup>5</sup>) as demonstrações consolidadas fornecem informações mais úteis e significativas a seus usuários do que aquelas fornecidas pelas demonstrações contábeis individuais, portanto, sob esta ótica, para os usuários das demonstrações contábeis de companhias de capital aberto são mais importantes as informações financeiras e os resultados das operações do grupo.

### 2.1.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

A aprovação do Projeto de Lei nº 3.741/00, que visa a alterar a Lei das Sociedades por Ações, objetiva as convergências das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais. Foi criado em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução nº 1.055/05 de 07 de outubro de 2005 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tem como objetivo em seu art. 3º:

“o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais”.

A aprovação do Projeto de Lei nº 3.741/00 propiciou também sancionar a Lei nº 11.638, publicada em 28 de dezembro de 2007, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, inserindo o Brasil nas convergências das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais do Comitê das Normas Internacionais de contabilidade International Accounting Standard Board (IASB).

A abertura da economia brasileira para o exterior resultou em um marco para as empresas brasileiras, no que se refere aos controles contábeis, devido a

<sup>5</sup> Conselho Internacional de Modelos de Contabilidade

importantes atualizações e modernizações das normas e preceitos contábeis, contribuindo significativamente com as ações do profissional da área de gestão.

### 2.1.3 Conselho Federal de Contabilidade - CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado pelo Decreto lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado que presta serviço público, tendo sua sede e foro na cidade de Brasília, DF. Sua estrutura, organização e funcionamento estão estabelecidos no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade (Resolução CFC nº 960, de 06 de maio de 2003).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é integrado por no mínimo, um representante de cada Unidade da Federação e seu respectivo suplente e tem nos termos da legislação em vigor a finalidade de:

Orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal;  
Representar os CRCs, e sob a forma de Conselho Especial de Tomada de Contas, examinar e julgar as contas do CFC, organizadas e prestadas por seu Presidente.

Foi a partir de 1946 que a profissão contábil atinge desenvolvimento razoável porque, segundo Gomes (1979), ao se expandir, adquirem problemas por ser equiparada ao praticante de contabilidade sem escolaridade formal em ciências contábeis, o técnico de contabilidade de nível médio formado pelas escolas técnicas comerciais, conhecidos como "guarda-livros".

Nesse contexto, a formação universitária sofre grande perda de prestígio em relação às outras profissões de nível superior (direito, economia etc.), considera Gomes (1979), diminuindo o ingresso de novos estudantes, acarretando em prejuízos para o desenvolvimento da profissão, uma vez que deixa-se de receber novas visões criativas que pudessem modificar as puramente escriturais da contabilidade.

Foi a partir da promulgação da Lei nº 6.404, em 15 de novembro de 1976, a qual implica a importância permanente de atualização profissional, acarretando, para os profissionais que não possuem os requisitos exigidos pelo CFC, a necessidade de um esforço muito grande, e o curtíssimo prazo, para aquisição de conhecimentos

específicos sobre consolidação de balanços, correção monetária, capital acionário, entre outros, de modo a usufruir das vantagens oferecidas pela rápida expansão do mercado de trabalho (GOMES, 1979).

A partir das exigências feitas pelo CFC para que os profissionais possam atualizar-se perante a profissão e seus preceitos, é possível afirmar que Ciências Contábeis entra na consolidação de uma “nova era” (GOMES, 1979, p.34), uma vez que , não só são derrubados alguns tabus (como, por exemplo, a equiparação entre técnicos de contabilidade e contadores com grau universitário), como também por terem sido definidos alguns critérios e termos de referência da maior importância para fins de apresentação de informações patrimoniais e financeiras, o que promove repercussão internacional, dado que o país passa a ser pioneiro nessa área.

O CFC tem o importante papel no processo de formação e orientação dos profissionais contábeis, pois, com o aumento da concorrência e a necessidade de modernização, as pequenas e microempresas estão percebendo a importância da contabilidade. O que facilita e contribui para o trabalho do administrador, pois a correta gestão da contabilidade propicia ao mesmo e as empresas tranquilidade e segurança no desenvolvimento e sucesso de suas atividades, sem incorrerem risco de descumprindo legais perante o fisco.

#### 2.1.4 Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC

A Resolução CFC nº 1.328, de 18 de março de 2011, revoga a Resolução nº 1.295, de 17, de setembro de 2010, que dispõe sobre a estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), as quais constituem-se em um conjunto de regras e procedimentos de conduta que visam a orientar o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos contábeis.

A aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) possibilita que entre os relatórios contábeis emitidos em diversos países do mundo sejam comparados os usuários da informação contábil a interpretá-los de maneira coerente, considera Belli (2014). O processo de convergência contábil tem como objetivo integrar as práticas contábeis entre os países de acordo com a necessidade da informação contábil, normatizando e padronizando as práticas contábeis.

As convergências para um padrão internacional de contabilidade são, de acordo com Belli (2014) motivados pelo movimento mundial de integração dos mercados de capitais, as quais geram, por conseguinte, imposições legais das indicações institucionais normativas das nações, dos incentivos concedidos para as empresas e das atitudes voluntárias de adoção das normas internacionais.

Desta forma, os principais benefícios observados pela adoção da convergência contábil estão na redução da assimetria da informação, na maior eficiência do mercado, no aumento do grau de comparabilidade e na redução dos custos de capital para as empresas que adotam essa prática. A reestruturação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade está na importância da adequação das normas emitidas pelo IASB em único padrão contábil (BELLI, 2014).

O Conselho Federal de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei nº 12.249/10, considera o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais conforme:

Art. 1º - As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

Art. 2º - As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais e Técnicas.

Parágrafo único - As Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas Profissionais ou Técnicas, estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional.

Art. 3º - As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais se estruturam conforme segue:

I - Geral - NBC PG - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade;

II - do Auditor Independente - NBC PA - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes;

III - do Auditor Interno - NBC PI - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos;

IV - do Perito - NBC PP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

Art. 4º - As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas se estruturam conforme segue:

I - Geral - NBC TG - são as Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e as Normas Brasileiras de

Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

II - do Setor Público - NBC TSP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

III - de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica - NBC TA - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela Ifac;

IV - de Revisão de Informação Contábil Histórica - NBC TR - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela Ifac;

V - de Asseguração de Informação Não Histórica - NBC TO - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela Ifac;

VI - de Serviço Correlato - NBC TSC - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos emitidas pela IFAC;

VII - de Auditoria Interna - NBC TI - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna;

VIII - de Perícia - NBC TP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia;

IX - de Auditoria Governamental - NBC TAG - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Governamental convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

Parágrafo único - As normas de que trata o inciso I do caput são segregadas em:

a) normas completas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do lasb, numeradas de 00 a 999;

b) normas simplificadas para PMEs que compreendem a norma de PME editada pelo CFC a partir do documento emitido pelo lasb, bem como as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre o assunto, numerados de 1000 a 1999;

c) normas específicas que compreendem as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre entidades, atividades e assuntos específicos, numerados de 2000 a 2999.

Art. 5º - A Interpretação Técnica tem por objetivo esclarecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, definindo regras e procedimentos a serem aplicados em situações, transações ou atividades específicas, sem alterar a substância dessas normas.

Art. 6º - O Comunicado Técnico tem por objetivo esclarecer assuntos de natureza contábil, com a definição de procedimentos a serem observados, considerando os interesses da profissão e as demandas da sociedade.

Art. 7º - As Normas são identificadas conforme segue:

I - a Norma Brasileira de Contabilidade é identificada pela sigla NBC, seguida das letras conforme disposto nos arts. 3º e 4º, numeração específica em cada agrupamento, seguido de hífen e denominação. Por exemplo: NBC PA 290 - "Denominação"; NBC TG 01 - "Denominação";

II - a Interpretação Técnica é identificada pela sigla IT, seguida da letra ou letras e numeração do grupo a que pertence conforme disposto nos arts. 3º e 4º, seguida de hífen e denominação. Por exemplo: ITG 01 - "Denominação"; ITSP 01 - "Denominação".

III - o Comunicado Técnico é identificado pela sigla CT, seguida da letra ou letras e numeração do grupo a que pertence conforme disposto nos arts. 3º e 4º, seguido de hífen e denominação. Por exemplo: CTG 01 - "Denominação"; CTSP 01 - "Denominação".

Art. 8º - As Normas Brasileiras de Contabilidade, com exceção dos Comunicados Técnicos, devem ser submetidas à audiência pública com duração mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 9º - A inobservância às Normas Brasileiras de Contabilidade constitui infração disciplinar sujeita às penalidades previstas nas alíneas de "c" a "g" do art. 27 do Decreto-Lei nº 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10, e ao Código de Ética Profissional do Contador.

Art. 10 - As Normas Brasileiras de Contabilidade, tanto as Profissionais quanto as Técnicas, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade continuarão vigendo com a identificação que foi definida nas Resoluções CFC nº 751/93, nº 1.156/09 e nº 1.298/10 até serem alteradas ou revogadas mediante a emissão de novas normas em conformidade com as disposições previstas nesta Resolução.

Portanto, as Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas técnicas ou profissionais, com o intuito de assegurar a confiabilidade das informações e condutas dos profissionais, devem seguir os mesmos padrões utilizados nas normas internacionais:

Para Belli (2014), apesar de perceptível a evolução dos órgãos de classe no Brasil, é possível deparar com grande influência governamental sobre alguns determinados aspectos da contabilidade brasileira. Ao analisar o Brasil, observa-se a característica Code Law<sup>6</sup>, ou seja, estruturas gerais de organização regulamentadas, com forte interferência da legislação tributária na contabilidade.

Code Law é um sistema contábil baseado em legislação. Tudo tem que estar de acordo com a lei. É um sistema romano de direito e uma contabilidade para proteção aos credores (MARTINS, 2009). Esse sistema é adotado por países como Alemanha, França e Japão e requer um elevado grau de detalhamento das regras a serem cumpridas com menor flexibilidade nas demonstrações contábeis (LIMA & NASCIMENTO, 2010).

No sistema Code Law, todas as normas e padrões contábeis precisam ser escritos e promulgados de acordo com uma legislação, o que torna o sistema jurídico contábil fortemente regulamentado e com importante influência governamental (CCF, 2011).

No Brasil, a lei nº 6.404/76 regulamenta a contabilidade, entretanto as mudanças na legislação vigente são visivelmente lentas e com frequência não

<sup>6</sup> Code Law é um sistema contábil baseado em legislação. Tudo tem que estar de acordo com a lei. É um sistema romano de direito. É uma contabilidade para proteção aos credores. Esse sistema é adotado por países como Alemanha, França e Japão e requer um elevado grau de detalhamento das regras a serem cumpridas com menor flexibilidade nas demonstrações contábeis (LIMA & NASCIMENTO, 2010)

acompanham a evolução dos negócios, posto que os órgãos normatizadores encontram-se envolvidos com suas funções de fiscalização das empresas.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), sejam elas Profissionais ou Técnicas, após serem aprovadas por resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estabelecem preceitos de conduta profissional, padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional.

#### 2.1.5 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) recebeu esta denominação a partir de 08 de junho de 2001, oriundo da fusão em 13 de dezembro de 1971 do Instituto dos Contadores Públicos do Brasil e do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes.

O IBRACON visa ao estudo técnico da contabilidade, à edição de normas técnicas de contabilidade e à auditoria e à inovação da profissão contábil no Brasil.

Segundo Andrade (2012, p 10) seus principais objetivos são:

Permitir à sociedade brasileira, num sentido amplo, o melhor dos serviços e reconhecimento das atividades de auditoria;  
Estabelecer as políticas de interpretação e manifestação sobre princípios e normas de contabilidade oriunda das entidades normativas, fazendo estabelecer, inclusive, as diferenças em relação ao mesmo processo em outros países ou fixados por entidades internacionais.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), não deve só estabelecer os princípios da ética e técnicas da profissão de auditor, como, também, exerce importante papel de atuar nos meios de comunicação da categoria, entre as instituições públicas e privadas. Os impactos das ações do IBRACON ultrapassam as fronteiras das instituições públicas e privadas, alcançam as instituições de ensino com parcerias que visam a colaborar para o aperfeiçoamento da formação profissional, destacando-se a importância do profissional auditor para a sociedade em geral.

### 2.1.6 Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Historicamente, os valores mobiliários (papeis ligados a títulos de créditos) remontam à época em que a sociedade urbana europeia se tornou mais complexa, principalmente no que diz respeito à necessidade de transporte rápido e seguro de dinheiro de uma praça para outra. A segunda situação que favorece para o aparecimento dos títulos de créditos foi a necessidade de transporte de grandes somas entre as cidades, bem como a grande variedade de moedas que eram transacionadas em um mesmo local (MATOS FILHO, 1985).

Com a criação da letra de câmbio transferiu-se o direito, com o endosso transmitiu-se o título, ambos fundamentais para a aceleração da velocidade de circulação da moeda, explica Matos Filho (1985) e, conseqüentemente, a expansão da economia europeia. Criou-se, portanto, um direito abstrato que se deslocou da relação original que lhe deu causa, tal como a primitiva compra e venda, ou o anterior câmbio de moedas. O título passa a valer por si só, sem se prender à relação jurídica anterior, sendo tal criação o instrumento fundamental para a agilização dos negócios mercantis dos séculos XVI e XVII.

Letras de câmbio são título de crédito pelo qual o emitente, sacador, emite ao aceitante, sacado, uma ordem de pagamento de uma determinada quantia a um beneficiário, geralmente investidor, em tempo e lugar fixado no cambial. A letra cambial é um título de crédito que pode ser negociável no mercado no qual deverá constar o valor do pagamento, a data e o local de efetuação. No Brasil, a letra de câmbio é regida pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966 e estabelece o tratamento uniforme sobre letras de câmbio e notas promissórias (PORTAL DA EDUCAÇÃO).

Para que a expressão, valores mobiliários, chegasse ao sistema legal brasileiro foi necessário um longo caminho, que se iniciou com a criação do Banco Central do Brasil, em 1964, e se corporifica um ano após, através da Lei nº 4.728/65, com a atribuição a ele concedida para disciplinar e desenvolver p mercado de capitais, seguindo a política traçada pelo Conselho Monetário Nacional. A partir de 1969, o mercado de valores mobiliários começa a apresentar um crescimento bastante acentuado, o que veio a ser um dos fatores que motivaram a alteração da legislação da sociedade por ações, bem como, e principalmente, o nascimento da Comissão de Valores Mobiliários em 1976 (MATOS FILHO, 1985).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda criada em 07 de dezembro de 1976 pela lei nº 6.385/76 e tem por objetivo fiscalizar, normatizar e disciplinar o funcionamento do mercado de valores mobiliários e a atuação das empresas de capital aberto, bem como dos seus investidores. As atribuições da CVM de acordo com:

Art.3º - A CVM tem por finalidade: I - estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários; II - promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais; III - assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da Bolsa de balcão; IV - proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado conta: a) emissões irregulares de valores mobiliários; b) atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários; V - evitar ou coibir modalidade de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado; VI - assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e às companhias que os tenham emitido; VII - assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; VIII - assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; IX - promover, disciplinar e fiscalizar a internacionalização do mercado de valores mobiliários, sem prejuízo da competência do Banco Central do Brasil no tocante à entrada e saída de recursos do País; \* (Redação dada pela Portaria 312/88, de 16/09/88) X - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Monetário Nacional, e exercer as atividades que por este lhe forem delegadas.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia que oferece garantias quanto à transparência e legalidade das movimentações financeiras, tanto para as empresas por ela supervisionadas, como também, para os gestores e investidores que almejam estabelecer qualquer relação comercial que envolvam suas operações.

Para Oliveira (2011, p. 170):

“A partir da decisão da CVM de determinara a adoção das normas contábeis estabelecidas pelo IASB para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2010, o Brasil insere-se, definitivamente, no contexto de uma contabilidade globalizada voltada, também, para os interesses dos usuários originados do mercado financeiro”.

Vale destacar que as intervenções e procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são de vital importância para o gestor, haja visto que o mesmo se embasará em informações e dados bem estruturados, confiáveis e fidedignos acerca

das organizações, permitindo-lhes assim tomar decisões quanto a investimentos e ou a aquisições com mais segurança.

Ao lado do Banco Central e da Secretaria de Previdência Complementar, com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) forma-se o tripé de regulamentação e zelo das operações que são realizadas em todo o sistema financeiro nacional. O mercado de valores mobiliários, área de atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não possui rentabilidade garantida, o que pode ocasionar perdas para os investidores, motivo pelo qual a função da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não é assegurar a rentabilidade, mas certificar-se do cumprimento das regras estabelecidas e, também, orientar o investimento consciente.

## **2.2 Importância do Novo Código Civil para o contabilista**

A lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que revogou o antigo Código Civil e parte do Código Comercial Brasileiro é dividida em duas partes: Parte Gerais e Parte Especial, sendo que a parte geral se subdivide em três livros: I – Das Pessoas, II – Dos Bens e III – Dos Fatos jurídicos e a parte Especial se subdivide em seis livros: I – Do Direito das Obrigações. II – Do Direito das Empresas, III – Do Direito das Coisas, IV – Do Direito de Família, V – do Direito das Sucessões e Livro Complementar – Das Disposições Finais e Transitórias.

Uma vez que a referida lei é extensa e complexa, será objeto de pesquisa neste momento somente o Livro dos Direitos das Empresas.

Abordaremos a significativa evolução do profissional contábil e a importância deste para as sociedades empresárias e para os empresários

O profissional contábil tem suas atividades e normas regidas por órgãos e diretrizes específicas, sendo uma delas o Código de Ética, criado pela Resolução CFC nº 803/96. Posteriormente foi alterado pela Resolução CFC nº 1.307/2010. Conforme o Art. 4º, o profissional contábil deve:

"I - exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os

interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;"

Além do Código de Ética especificar com clareza e objetividade as funções e condutas a serem adotadas pelo profissional contábil, o novo Código Civil, veio aumentar significativamente as responsabilidades do profissional contábil perante as sociedades empresárias, e aos sócios, administradores e terceiros, podendo o contabilista responder criminalmente se comprovar que houve falha de maneira dolosa e ou culposa.

O Novo Código Civil trouxe mudanças significativas ampliando a responsabilidade do profissional contador sobre a escrituração contábil das sociedades empresárias ou dos empresários, podendo ele responder, pessoal e solidariamente, perante a empresa e a terceiros, inclusive com o patrimônio social.

Caso o contador cometa algum erro contábil que tenha sido involuntário, causado por imperícia, o profissional deve responder somente a quem prestou o serviço. Caso o contador tiver conhecimento do erro ao divulgar as informações contábeis, ele responderá à justiça e a outras entidades da mesma forma que o proprietário da empresa.

**Art. 1.177.** Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

**Parágrafo único.** No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Doravante, de acordo com o Novo Código Civil, os contabilistas devem manter-se sempre atualizados quanto às constantes mudanças na legislação, uma vez que a responsabilidade por possíveis erros ou fraudes serão compartilhadas entre contratante e contratado. De acordo com o novo código civil o contador pode ser enquadrado em crimes previstos no art. 18, incisos I e II do código penal:

**Art. 18** - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime doloso (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**I** - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Crime culposo (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**II** - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

No que concerne ao Brasil, o novo padrão contábil revela modificações com a Lei nº 11.638/2007, quando passa a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, que são as IFRS. Essa nova lei trouxe conceitos fundamentais do direito societário, com adaptações de conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas, fazendo adequações, também, a normatização brasileira semelhante às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. As inovações impõem-se, tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, uma vez que tais normas se embasam muito mais em princípios do que em regras (PASSINI, 2015).

As inovações normatizadas e adotadas concorrem para que impactos substanciais se processem na profissão contábil, uma vez que o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, a partir de reflexões positivas sobre o status da profissão no Brasil. Nesse sentido, muitas inquietações manifestam-se, em especial, para os contadores, gestores, auditores, aliados ao mercado de capitais, que é o usuário essencial da informação contábil divulgada. No entanto, ressalta-se que as efetivas mudanças concorrem não somente para aprimorar a qualidade da informação contábil, como também para focar melhorias com o intuito de inserir compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade das informações divulgadas, que caracterizam a qualidade da informação contábil e sua utilidade (PASSINI, 2015).

Por ter como um de seus objetivos, organizar e regular as relações sociais entre as pessoas físicas e ou jurídicas, o Código Civil de 2002, além de impor regras para estabelecer a ética e a conduta do profissional de gestão, oferece como contrapartida para o mesmo justiça e segurança jurídica. É, importante que o contabilista se mantenha sempre atualizado quanto às leis, normas e procedimentos contábeis, além de manter uma postura ética e moral.

### 3 O ENSINO DA CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

A arte de contabilizar e exercida desde os tempos antigos, quando a contabilidade se fazia de maneira empírica, em que apenas contabilizavam-se os objetos e suas quantidades. Ao longo da história da evolução humana percebe-se a concomitante evolução da contabilidade científica, suas ferramentas de estudos e as escolas de contabilidade, ponto principal desse capítulo.

O conhecimento da história permite entender o presente e melhorar o futuro. Na história da contabilidade não é diferente: o estudo da história contábil permite entender a profissão, sua evolução no tempo, influências recebidas, razões de procedimentos adotados hoje e quiçá, identificar contribuições para o futuro (SILVA; ASSIS, 2015).

Não cabe apenas enumerar as diversas instituições de ensino voltadas para o estudo da contabilidade, é preciso seguir a linha de sua evolução, considerando que o dinamismo e as mudanças são marcas registradas de todo período evolutivo. Sendo assim, este capítulo tem o objetivo de destacar quatro principais instituições de ensino de contabilidade no Brasil, descrevendo sua história e seu progresso.

As instituições escolhidas foram a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), primeira instituição de ensino superior de contabilidade no país, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por apresentar a melhor classificação no ranking das faculdades de ensino de ciências contábeis de Minas Gerais, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), por terem apresentado a pior e a maior nota e classificação do ENADE<sup>7</sup> e do MEC, respectivamente.

Os primeiros relatos de práticas contábeis no Brasil datam dos habitantes primitivos das terras brasileiras, fato corroborado por registros contábeis históricos de incisões e pinturas em lápides e cavernas. Alguns historiadores consideram que o marco teria sido a partir do “descobrimento” das terras tupiniquins e que os primeiros registros se deram por Pero Vaz de Caminha, o primeiro estrangeiro

<sup>7</sup> Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação (PORTAL INEP).

contábil em terras brasileiras, tripulante das embarcações portuguesas cuja função era de controlar as operações realizadas na colônia, explicam Silva e Assis (2015).

Os primeiros relatos de contabilidade no Brasil datam dos habitantes primitivos, segundo Silva e Assis (2015), fato corroborado por registros contábeis históricos de incisões e pinturas em lápides e cavernas, apesar de historiadores considerarem que o marco seria a partir do “descobrimento” das terras tupiniquins.

Posteriormente, os primeiros registros oficiais aconteceram por Pero Vaz de Caminha, o primeiro estrangeiro contábil em terras brasileiras, o qual era tripulante das embarcações portuguesas e possuía a função de controlar as operações realizadas na colônia, explicam Silva e Assis (2015).

Contudo, segundo Reis e Silva (2007), a primeira escrituração no Brasil e os relatórios contábeis oficiais se deram em 1808 a partir de exigência do príncipe regente Dom João VI, que ordenou que a escrituração fosse feita mercantil por partidas, sendo esta a única seguida pelos países civilizados e a que menos dava lugar a erros e subterfúgios. O processo de escrituração no país somente poderia ser realizado por profissionais que tivessem estudado aulas de comércio (aulas ministradas no Brasil, porém importadas de Portugal). Após o processo de aprendizado, os alunos eram submetidos à avaliação da Junta Comercial (REIS; SILVA, 2007).

Conforme Silva e Assis (2015, p.39) algumas ocorrências no campo político no Brasil império (1808 – 1889) refletiram na evolução contábil do Brasil. Dentre os principais, os autores destacam:

- Governo de D. João VI (1808 – 1821).
  - ✓ Criação do Banco do Brasil em 1808, e ordenado sua liquidação em 1829.
  - ✓ Baixa de um Decreto em 1809 determinando que as escriturações contábeis só pudessem ser feitas por quem frequentasse a escola. Os cursos eram chamados de escola de comércio.
  - ✓ Ciclo do ouro e metais preciosos (1800 – 1860), época de grandes exigências em conhecimentos contábeis, na apuração dos custos e lucros pelos empresários, bem como na apuração dos tributos por parte do governo.
- Governo de D. Pedro I (1821 – 1831).
  - ✓ Continuação do ciclo do ouro e metais preciosos (1800 – 1860).
  - ✓ Surgimento da dívida externa, quando em 1822, o Brasil ao se declarar independente, para não enfrentar a revolta Portuguesa, se viu obrigado a pagar uma alta indenização adquirindo junto à Inglaterra o empréstimo para tal.
  - ✓ Baixa de um decreto tornando obrigatório a partir de 1830 nas escriturações contábeis o uso do método das partidas dobradas.

- Governo de D. Pedro II (1831 – 1889).
  - ✓ A partir de 1836 por influência dos franceses, muitos já habitantes do Brasil desde a vinda da família real, o método das escrituras por partidas dobradas exigidas pelo governo desde 1830 foram aprimoradas com o grupo de contas por eles desenvolvidos, o que significou um grande salto em controle nas empresas aqui instaladas oriundas da Europa que vivia o período das grandes descobertas.
  - ✓ Em 1837 a primeira obra contábil escrita por um Brasileiro foi editada, “A metafísica da Contabilidade comercial” de autoria do maranhense Estevão Rafael de Carvalho, com grande repercussão, pois objetivava apresentar a contabilidade como ciência.
  - ✓ Em 1850 a promulgação do código comercial, que estabeleceu a obrigatoriedade do levantamento do Balanço e a elaboração do livro Diário nas entidades (por influência francesa), serviços que exigiam conhecimentos específicos de escriturações contábeis. Recriação do Banco do Brasil em 1851. Decadência do ciclo do ouro e metais preciosos em 1860.

Para controlar as contas e os gastos públicos e obter melhor conhecimento das receitas do Estado, o príncipe regente implementou a criação do Erário Real, um órgão público que deveria estar atento à nova realidade social do país, em consequência à vinda da família real para o Brasil. Neste contexto, formou-se a tríade sobre a qual se apoiava o governo português na escrituração real do país: a Aula do Comércio, a Junta do Comércio e o Erário Real (REIS; SILVA, 2007).

Apesar das Aulas do Comércio serem praticadas no país desde 1808, elas foram oficializadas somente em 1809, a partir do Alvará de 15 de julho de 1809, em que se nomeia o Sr. José Antônio Lisboa, o primeiro professor de contabilidade no Brasil.

Sendo absolutamente necessário o estudo da Sciencia Econômica na presente conjuntura..., e por me constar que José da Silva Lisboa tem todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela sciencia sem a qual se caminha ás cegas e com passos muito lentos, lhe faço mercê da propriedade e regência de uma Cadeira e Aula Pública, que por este mesmo Decreto sou servido criar no Rio de Janeiro (REIS; SILVA, 2007, p.2).

Pelo trecho do decreto acima fica claro a criação da primeira instituição de ensino público de contabilidade no país, a Aula Pública em que ficou nomeado o Visconde de Cairu (como ficaria conhecido o Sr. José Antônio Lisboa), e em 1905 foi criada na Bahia, a Fundação Visconde de Cairu, com a finalidade de formar peritos comerciais e habilitar estudantes para cargos de cónsules e chefes da Contabilidade (REIS; SILVA, 2007).

Entretanto, a procura pelo ensino contábil não obteve tamanha procura, motivo pelo qual o ensino não se desenvolveu devidamente, permanecendo na inércia por quase cem anos. O ensino ganha novo rumo e volta a ser tema de pesquisas e interesses acadêmicos com o movimento do Grêmio Estudantil de Guarda Livros de São Paulo, em prol criação e investimentos de novos cursos. Por conseguinte, é fundada, em 1902, a Escola Prática de Comércio, atualmente nominada como Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (REIS; SILVA, 2007).

### **3.1 Fundação Escolar de Comércio Álvares Penteado**

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), criada em 1902, é uma fundação sem fins lucrativos. A FECAP conta atualmente com três unidades: a Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, o Centro de Estudos Álvares Penteado e o Colégio Álvares Penteado (GODOY).

Referência na área de Gestão de Negócios, devido ao pioneirismo e excelência na educação, a Fundação Álvares Penteado (FECAP) foi fundada graças ao empreendedorismo de Antônio de Álvares Leite Penteado e Horácio Berlinck, grandes visionários que perceberam a necessidade de formação de profissionais para a gestão das organizações, fator-chave para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do padrão de vida da população.

O ensejo de criar uma escola que pudesse ensinar o comércio à população veio dos esforços de Horácio Berlinck e de João Pedro da Veiga Filho, que em 1897 encabeçaram um trabalho conjunto no sentido de conseguir do poder público a criação de uma escola de ensino comercial (GODOY).

Em 1897 João Pedro da Veiga Filho, então vereador municipal, foi procurado por uma comissão de representantes do comércio, coordenada por Horácio Berlinck, que lhe entregou uma solicitação no sentido de instalar o ensino comercial em São Paulo. Apresentou então à Câmara Municipal um projeto que foi rejeitado. A justificativa foi a falta de recursos orçamentários suficientes para a criação e manutenção de uma instituição de ensino dessa natureza. Mas a ideia não morreu. Em 15 de junho de 1900 Horácio Berlinck retomou a questão por meio de editorial,

por ele assinado, no Jornal “Paulista” do Grêmio de Guarda-Livros de São Paulo e em 19 de dezembro de 1901, Veiga Filho publicou o seu opúsculo “Escola de Comércio em São Paulo” que teve grande repercussão entre a classe comercial e industrial (GODOY, p.2).

A necessidade de ter conhecimento financeiro para atender ao comércio foi o ponto crucial para a criação da FECAP. Nesse momento, o país atravessava grande mudança no comércio de exportação e importação devido à expansão dos negócios e abertura dos portos brasileiros a chegadas de grande volume de mercadorias.

Veiga Filho, nesse contexto, obtendo grande repercussão entre as classes comercial e industrial, esclareceu os fatídicos motivos que levaram à criação da escola, conforme exposto no texto abaixo, transcrito do artigo de Godoy (2000, p.2).

“ ... a classe dos lavradores paulistas desenvolveu tanto a sua iniciativa e atividade que chegou a produzir quase a metade da exportação brasileira; a classe dos industriais espalhou, por toda parte, formidáveis usinas, vastas instalações executando melhoramentos materiais de grande monta como o cães de Santos que, franqueando o nosso principal porto marítimo ao comércio do mundo, representa talvez o mais gigantesco empreendimento da América do Sul; a classe dos engenheiros estendeu três mil e quatro centos quilômetros de linhas férreas, prosseguindo na construção de outras tantas neste abençoado solo; a classe dos capitalistas fundou bancos de primeira ordem que tem em suas caixas um lastro permanente de mais de cinquenta mil contos; a classe dos proprietários levantou ricas e confortáveis vivendas, fazendo como por encanto, a antiga e acadêmica capital paulista transformar-se em formosíssima cidade; a classe dos comerciantes, que tem feito? ... nada, absolutamente nada! .... Consentiu que os estrangeiros se colocassem à frente das principais casas, tanto do grande como do pequeno comércio...” grafia da época,

Para os fundadores da FECAP havia necessidade de estruturar uma instituição que ensinasse à população brasileira a lidar com o comércio, fator favorável à época do crescimento econômico do país. De acordo com os visionários, a criação da escola aumentaria o interesse dos jovens para a área comercial, fato que era pouco explorado pelos estudantes, uma vez que os ideais de profissionalismo se voltavam para a área financeira.

Em 20 de abril de 1902, o projeto da Escola de Comércio foi apresentado na Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de São Paulo que recebeu

apoio do presidente Raymundo Duprat e dos sócios presentes, dentre dos quais destacam-se, Horácio Berlinck, João Pedro da Veiga Filho, Antônio de Lacerda Franco, Frederico Vergueiro Steidel e Conde Antônio Álvares Leite Penteado (GODOY).

É possível considerar que nessa data ficou definitivamente constituída, na forma de sociedade, a então denominada “Escola Prática de Comércio” tendo como presidente honorário, Conde Antônio Alvares Leite Penteado, presidente efetivo, Rodolfo N. da Rocha Miranda, diretor presidente, Antônio de Lacerda Franco, diretor vice-presidente, João Pedro da Veiga Filho e diretor-secretário Horácio Berlinck. O aparecimento da escola está, portanto, associado ao desenvolvimento do ensino comercial no país, e estimulado por nomes representativos do mundo comercial, financeiro e industrial de São Paulo na época.

Com a consolidação da escola e com a grande procura pelos cursos, explica Godoy, houve a necessidade da organização curricular seguindo as exigências do Decreto Federal nº. 1339, de 09 de janeiro de 1905, que reconhecia de caráter oficial os diplomas expedidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro e pela Escola Prática de Comércio de São Paulo (nome inicial da FECAP). Segundo este decreto, o ensino comercial deveria ser feito a partir de dois cursos, um geral e outro superior:

- O curso geral habilitava para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos de fazenda. Era preparatório ao curso superior e de caráter essencialmente prático, devendo as disciplinas ligadas à área matemática serem aplicadas ao comércio e as disciplinas de línguas serem desenvolvidas de modo que os alunos conseguissem falar e escrever corretamente o idioma lecionado.
- O curso superior habilitava para os cargos de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e de chefe de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais.

Também a Lei Estadual (do Estado de São Paulo) nº. 996, de 01 de dezembro de 1905, estabeleceu, em seu artigo segundo, que os alunos diplomados pela Escola de Comércio poderiam ser nomeados, independente de concurso ou quaisquer outras provas de habilitação intelectual, para os cargos de escrituração ou de contabilidade de qualquer das repartições públicas do Estado (GODOY).

Em 1923, para atender às novas exigências do comércio brasileiro e visando a ganhar uma estrutura mais adequada aos anos que viriam, um conjunto de

remanescentes do primeiro grupo de fundadores, entre eles Antônio de Lacerda Franco (nesta época diretor-presidente), Raymundo Duprat, Horácio Berlinck (então diretor-secretário) e Domingos Ferreira optaram por mudar os estatutos da escola. E, foi assim que em 08 de dezembro de 1923 houve a alteração do estatuto da “Associação Civil Escola Prática de Comércio Álvares Penteado” para “Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado” surgindo então a abreviatura FECAP que perdura desde então (GODOY).

Apoiado no Decreto nº. 20158, de 30 de junho de 1931, que organizava o ensino comercial e regulamentava a profissão de contador, em 1930 a Fundação sofre mais uma mudança e passa a contar com os seguintes cursos:

- a) Curso anexo, que conservou as mesmas características do anterior.
- b) Curso propedêutico, de três anos, destinado ao preparo de alunos para ingresso nos cursos técnicos. Admitia alunos que comprovassem ter, pelo menos, 12 anos e possuidores do certificado de aprovação no Curso Anexo ou na primeira série dos estabelecimentos de ensino secundário ou realizassem o exame de admissão.
- c) Curso de Contador, de três anos, dependente do Curso Propedêutico ou secundário, para alunos que comprovassem ter, pelo menos, 15 anos. Para ingresso o aluno deveria apresentar o certificado de aprovação do Curso Propedêutico ou de aprovação na quinta série do curso secundário.
- d) Curso especial feminino que compreendia o curso de guarda livros, de dois anos, e de Contador, diurno, também dependente do Curso Propedêutica ou secundário.
- e) Curso Superior de Administração e Finanças, em três anos, dependente do curso de Contador que habilitava para os encargos previstos nos artigos 75 e 78 do Decreto 20158, de 30 de junho de 1931. Para ingressar no curso, o candidato deveria apresentar o diploma de contador ou atuário, conferido por estabelecimento de ensino comercial, finalizado pelo Governo Federal.

Atualmente, a FECAP oferece cursos de bacharelado nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais, Relações Públicas e Secretariado Executivo Trilíngue; cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* ligados às áreas de Gestão, Finanças e MBA, com foco no desenvolvimento profissional, cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o tradicional Mestrado em Ciências Contábeis e o

conceituado Mestrado Profissional em Administração. Concomitante ao Ensino Médio, O Colégio FECAP oferece Ensino Técnico em diversas áreas, desde o tradicional técnico em Administração até o técnico em Programação de Jogos. Também oferece MBA credenciado com o padrão global de qualidade da Associação Nacional de MBAs (ANAMBA) site oficial da (FECAP).

Os cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis e Bacharelado em Administração da FECAP são realizados em um total de 8 semestres, com carga horária de 400 horas cada um, totalizando 3.200 horas. Em anexo, encontram-se adaptada<sup>8</sup> a matriz curricular do curso Ciências Contábeis (Tabela 3.1.1) e do curso Administração (Tabela 3.1.2).

A Matriz Curricular do curso de Administração da FECAP está organizada por eixos de disciplinas, denominados Times de Organização Pedagógica – TOPs, os quais estão apresentados abaixo:

- Administração Geral: disciplinas que tratam da história da Administração e suas diferentes linhas de pensamento e do Planejamento estratégico de empresas.
- Economia e Marketing: disciplinas que tratam da compreensão do consumidor e como atender seus desejos e do Marketing e suas ferramentas.
- Contabilidade e Finanças: disciplinas que permitem a compreensão da contabilidade das empresas, como aplicar e tomar recursos financeiros, além do funcionamento do mercado de capitais.
- Linhas de Formação Específica: nesse TOP o aluno poderá escolher cursar nos dois últimos semestres do curso uma das Linhas de Formação oferecidas.

A matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da FECAP é composta por uma carga horária total de 3.200 horas, das quais, 1.480 horas (46%) são voltadas para disciplinas relacionadas às práticas contábeis. O curso de Administração é composto por uma carga horária total de 3.160 horas, sendo que 440 horas (14%) são destinadas a disciplinas relacionadas às práticas contábeis.

<sup>8</sup> As matrizes curriculares foram adaptadas por estarem disponibilizadas na página da instituição em formato de PDF e no sistema, o que prejudica a qualidade da cópia original.

Nos cursos de Ciências Contábeis e Administração da FECAP, a carga horária e as disciplinas de contabilidade estão relacionadas conforme demonstrado nos quadros 01 e 02.

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Contabilidade básica I	80	Contabilidade Gerencial	80
Contabilidade básica II	80	Contabilidade Avançada II	80
Laboratório contábil I	40	Teoria da contabilidade	40
Contabilidade Intermediária	80	Contabilidade e orç. Público	80
Estrutura das demonstrações contábeis	80	Contab. Tributários: indiretos	80
Direito tributário	80	Controladoria estratégica	80
Análise das demonstrações contábeis	80	Perícia contábil	40
Contabilidade Avançada I	80	TCC I	40
Contabilidade de custos	80	Contabilidade societária	80
Introdução Ciências Atuariais	40	Contab. Tributários: diretos	80
Auditoria Contábil	40	TCC II	40

Quadro 01 – FECAP – Curso Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Contabilidade Financeira	80	Direito tributário	40
Direito Emp. e do Trabalho	80	Contabilidade de Custos	80
Análise Demonstr. Financeiras	80	Controladoria Estratégica	80

Quadro 02 – FECAP – Curso de Administração – Disciplinas da área contábil

### 3.2 Universidade Federal de Minas Gerais

O curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) recebeu nota 4,0 no ENADE (exame nacional que qualifica a educação no país).

A primeira instituição de ensino superior no estado de Minas Gerais foi a Escola de Farmácia, em 1839, na então capital republicana Ouro Preto. Em 1875 foi fundada a Escola de Minas e em 1892 a Faculdade de Direito. Em 1897, a capital mineira se muda para Belo Horizonte e juntamente com ela, em 1898, a Faculdade de Direito. Essas mudanças foram primordiais para o desenvolvimento do estado e para uma evolução da educação mineira. Entre 1907 e 1911 a capital recebe mais quatro instituições de ensino superior – a Escola Livre de Odontologia, 1907, e a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia e o curso de Farmácia, anexo à Escola Livre de Odontologia, em 1911.

A criação de uma Universidade no estado mineiro era um projeto político há muito almejado pelos Inconfidentes, concretizado em 1927, com a fundação da Universidade de Minas Gerais (UMG). Inicialmente, a UMG era uma instituição privada, subsidiada pelo Estado, e foi fundada com a junção das quatro escolas de nível superior então existentes em Belo Horizonte. A UMG permaneceu na esfera estadual até 1949, momento em que se tornou uma instituição de esfera federal. Ainda na década de 40 observou outra grande mudança, a universidade é incorporada ao patrimônio territorial da Universidade uma extensa área, na região da Pampulha, para a construção da Cidade Universitária. Os primeiros prédios erguidos onde hoje é o campus Pampulha foram o Instituto de Mecânica (atual Colégio Técnico) e a Reitoria. O campus só começou a ser efetivamente ocupado pela comunidade universitária nos anos 60, com o início da construção dos prédios que hoje abrigam a maioria das unidades acadêmicas.

Em 1965 o nome da UMG é mudado para Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e nesse período faziam parte da instituição federal a Escola de Arquitetura e as faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. Depois, como parte de sua expansão e diversificação, a Universidade incorporou e criou novas unidades e cursos, entre eles a Escola de Enfermagem (1950), a Escola de Veterinária (1961), o Conservatório Mineiro de Música (1962) e as escolas de Biblioteconomia (1962), Belas-Artes (1963) e Educação Física (1969). Em 1968, a Reforma Universitária impôs profunda alteração à estrutura orgânica da UFMG. Desta reforma resultou no desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia em várias faculdades e institutos. Surgiram, assim, a atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e seus respectivos ciclos básicos, o Instituto de Geociências e as faculdades de Letras e de Educação. Atualmente, a UFMG é tida como uma instituição firmemente estabelecida, de referência nacional e contínua expansão. Nos últimos cinco anos foram criados os cursos de Agronomia (em Montes Claros), Artes Cênicas, Engenharia de Controle e Automação, Matemática Computacional, Fonoaudiologia e Nutrição. Todos os dados retirados do site oficial da Universidade [https://www.ufmg.br/conheca/hi\\_index.shtml](https://www.ufmg.br/conheca/hi_index.shtml).

A faculdade de Administração da UFMG conta com uma unidade em Montes Claros e atende aos princípios da flexibilização curricular recomendada pela pró-reitora da graduação da UFMG. A matriz curricular do curso contempla dois núcleos

de disciplinas, o núcleo específico composto por disciplinas obrigatórias e o núcleo de optativas, contendo disciplinas de formação aberta e livre à escolha do estudante.

O curso de Ciências Contábeis da UFMG o qual a matriz curricular adaptada está em anexo e enumerada na (Tabela 3.2.1). O curso oferece um total de 10 períodos semestrais nos quais os alunos deverão contemplar 4.020 horas de disciplinas, das quais 2.340 são as disciplinas obrigatórias e 1.680 horas compreendendo as disciplinas optativas e eletivas.

A UFMG apresenta em sua matriz curricular do curso de Ciências Contábeis uma carga horária total de 4.020 horas, destas, 1.140 horas (28%) são voltadas para disciplinas relacionadas às práticas contábeis. Enquanto que o curso de Administração tem carga horária total de 2.955 horas, sendo que 330 horas (11%) são destinadas a disciplinas relacionadas as práticas contábeis.

A matriz curricular do curso de Administração da UFMG adaptada está anexa e enumerada na (Tabela 3.2.2). O curso oferece 9 períodos nos quais os alunos deverão contemplar 2.280 horas de disciplinas obrigatórias, 675 horas de disciplinas abertas e 45 horas de disciplinas livres, totalizando 3 mil horas de curso.

Os cursos de Ciências Contábeis e Administração da UFMG possuem carga horária e disciplinas de contabilidade ofertadas conforme demonstrado nos quadros 3 e 4.

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Contabilidade I	60	Análise de Custos	60
Contabilidade II	60	Teoria Positiva da Contab.	60
Contabilidade III	60	Contabilidade Tributária II	60
Contabilidade IV	60	Sistemas de Informações Cont.	60
Laboratório Contábil	60	Auditoria	60
Análise das Dem. Financeira	60	Análise Avançada dem. Fin.	60
Contabilidade Internacional	30	Contab. Instituições Pública	60
Direito tributário	60	Contabilidade Gerencial A	60
Contabilidade de Custos	60	Introdução a Perícia Contábil	30
Contabilidade Tributária I	60	Contab. Social e Ambiental	60

Quadro 3 – UFMG – Curso Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Introdução à Contabilidade	45	Administração tributária	60
Administ. de recursos mat. patr.	60	Instituições de Direito Trabalho	60
Administração Rec. Humanos I	60	Administração Rec. Humanos II	45

Quadro 4 – UFMG – Curso Administração – Disciplinas da área contábil

### **3.3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

Em 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento com a Faculdade Paulista de Direito, e com mais quatro instituições católicas ligadas à igreja, com estrutura administrativa financeira independente, foi fundada a Universidade Católica de São Paulo, cuja missão era formar lideranças católicas e os filhos da elite paulista. Em 1947, o Papa Pio XII concede à Universidade o título de pontifícia, nomeando como primeiro chanceler, o cardeal, e também arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Camelo de Vasconcelos Mota, um dos principais idealizadores da (PUC).

Em 1960 desenvolvida na instituição a qualidade acadêmica vinculada à preocupação social, o que hoje é sua essência de ensino, e em 1969 a Universidade fundamenta o primeiro curso de pós-graduação no país. Em 1971, a Pontifícia inova mais uma vez com o Ciclo Básico de Ciências Humanas, tornando-a uma verdadeira Universidade ao valorizar e considerar indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão. A partir de 1973, a PUC abrangeu novas faculdades fora do eixo das grandes capitais, formando novos campus de ensino. O primeiro campus incorporado foi em Sorocaba composta pela Faculdade de Medicina e pela a Faculdade de Enfermagem, ambas fundadas em 1951 e pioneiras na área de saúde. Em 2000, foi formado o campus de Santana (Zona Norte da Capital) e o Barueri.

Nos anos 80, a Universidade teve seu desenvolvimento acadêmico e comunitário consolidado, em virtude do crescimento em número de cursos e alunos dos cursos de graduação e pós graduação, da criação da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), ampliando as atividades de pesquisa em mestrados, doutorados e iniciação científica e da junção de outras inovadoras áreas de conhecimento: pós em Gerontologia, graduação em Relações Internacionais, Comunicação e Artes do Corpo, Multimeios, Tecnologia e Mídias Digitais, Engenharia Biomédica, Gestão Ambiental, Ciências Econômicas com ênfase em Comércio Internacional (a primeira graduação do país nessa área), Arte: história, crítica e curadoria, e Conservação e Restauro.

Em 2006, a PUC-SP realizou um grande processo de modernização de sua estrutura acadêmica e administrativa, a fim de ampliar não só a qualidade da produção científica como também dos serviços prestados à comunidade. Em 2008, ocorreu a aprovação do novo Estatuto e em 2009, do novo Regimento Geral da

Instituição. Com todas as mudanças e inovações dos cursos e da infraestrutura, a PUC-SP formou-se uma das universidades mais procuradas pelos alunos brasileiros, ocupando uma posição privilegiada no ranking oficial de instituições superiores do Ministério da Educação (MEC). Está classificada como a melhor universidade particular de todo o Estado de São Paulo e a segunda melhor do Brasil. Apesar desses dados classificatórios, a PUC-SP obteve em 2016 uma das piores notas no ENADE para o curso de Ciências Contábeis. Em um parâmetro de 1 a 5, a nota obtida pelos alunos pontíficos no ENADE foi de 1,2.

A PUC-SP oferece os cursos de Administração e Ciências Contábeis. O curso de Ciências Contábeis da PUC-SP prepara profissionais para uma carreira em expansão, com prestígio nacional e internacional, capacitando-os para atuar em organizações que visem ao lucro e em organizações sem finalidades econômicas. O bacharelado em Ciências Contábeis da PUC-SP teve início em 1951 e possui alta empregabilidade: mais de 95% dos alunos do último período estão estagiando, são trainees, ou contratados por importantes organizações (de auditoria, assessoria contábil, multinacionais brasileiras ou estrangeiras, nacionais e órgãos públicos). Essa imagem de excelência no mercado, além de propiciar estágios em organizações de renome, constitui-se em oportunidade para uma segunda formação acadêmica.

Os profissionais formados pela PUC-SP podem atuar nas áreas de: Controladoria, Perícia Técnica Contábil, Arbitragem, Auditoria Interna e Externa, Contadoria e Auditoria Governamental, Contador, Pesquisador, Analista Contábil Financeiro e Analista Tributário. A matriz curricular adaptada do curso, apresentada na (Tabela 3.3.1) que se encontra em anexo, está dividido em oito períodos, com 340 horas semestrais e um total de 2.720 horas.

O curso de Ciências Contábeis da PUC é composto por uma carga horária total de 2.720 horas, destas, 1.938 horas (71%) são destinadas para disciplinas relacionadas às práticas contábeis. O curso de Administração é composto por uma carga horária total de 3.060 horas, sendo que 476 horas (16%) são destinadas a disciplinas relacionadas às práticas contábeis.

A graduação em Administração forma profissionais com condição de articular o pensamento crítico à ação gerencial, graças à visão generalista do curso. O bacharelado da Universidade promove em seus alunos o espírito dinâmico do empreendedorismo, capacitando-os para vislumbrar novas oportunidades ou

negócios ainda não explorados, para se adaptar à dinâmica do mercado e para assimilar e criar novas tecnologias que farão parte do mundo do futuro. O curso está distribuído em nove semestres, de 340 horas cada, totalizando 3.060 horas de curso. Encontra-se adaptada em anexo, a matriz curricular do curso na (Tabela 3.3.2), obtida do site oficial da PUC-SP.

A carga horária e as disciplinas de contabilidade ofertadas nos cursos de Ciências Contábeis e Administração da PUC-SP estão relacionadas respectivamente nos quadros 5 e 6.

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Contabilidade Básica	102	Sistemas Contábeis	34
História do pensamento Contábil	34	Controladoria Governamental	68
Introd à Tec. Inf. aplicada a Cont.	34	Instituições Financeiras	68
Contabilidade Intermediária	102	Normas Contábeis e de Auditoria	68
Introdução a Pesquisa Contábil	34	Orientação de Estágio II	34
Psicologia aplicada a Contab.	34	Seminários de Contabilidade I	34
Sociologia aplicada a Contab.	34	Auditoria	68
Contabilidade avançada	68	Controladoria Organizacional	68
Métodos de Custeio	68	Direito tributário	68
Ofic. de Treinamento Contábil I	68	Inst. Cont. de Governança Corp.	34
Análise dos dem. Contábeis	68	Noções da Atividade Atuarial	34
Ofic. de Treinamento Contábil II	34	Seminários de Contabilidade II	34
Sistemas de custeio	68	Contabilidade Internacional	68
Contabilidade Gerencial	68	Orientação de Monografia II	34
Controle e Gestão de custos	68	Perícia Contábil e Arbitragem	68
Legislação comercial e societária	68	Planejamento Contábil Tributário	68
Orientação de Estágio I	34	Relações de Trabalho	68
Planej. Contábil Financeiro	68	Teoria Contábil	68

Quadro 5 – PUC-SP – Curso de Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Contabilidade Geral	68	Gestão de Finanças III	68
Contabilidade de custos	68	Gestão de Finanças IV	68
Gestão de Finanças I	34	Gestão de Finanças IV	68
Gestão de Finanças II	34	Direito Comercial	34
		Planej. Contábil e Tributário	34

Quadro 6 – PUC-SP – Curso de Administração – Disciplinas da área contábil

### **3.4 Universidade Federal de Goiás**

A Universidade Federal de Goiás foi fundada no dia 14 de dezembro de 1960, a partir da junção de cinco escolas superiores de Goiânia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. A criação da Universidade foi um marco na história do estado, uma vez que proporciona oportunidade de qualificação, formação profissional e intelectual em uma instituição pública, gratuita e de qualidade para os jovens estudantes brasileiros.

A idealização da Universidade surgiu em 1959, a partir de muito esforço de professores e estudantes, quando os docentes das cinco escolas formaram a “Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central”, tendo como presidente o professor Colemar Natal e Silva, na época, diretor da Faculdade de Direito de Goiânia. Paralelo à movimentação dos professores, os estudantes goianos promoveram movimentos vigorosos, reuniões, audiências e debates com autoridades em assembleias e congressos estudantis, criando para esse fim a Frente Universitária Pró Ensino Federal. Como resultado aos dois movimentos, Juscelino Kubitschek assina o decreto que regulariza a criação da Universidade, em 18 de dezembro de 1960, tendo sua primeira aula inaugural em 07 de março de 1961.

Para a formulação do projeto pedagógico da instituição, a UFG contou com o apoio dos sociólogos Darcy Ribeiro e Ernesto de Oliveira Júnior em que o modelo clássico de ensino tradicional deveria ser superado e o ensino da universidade seria um ensino revolucionário, aproximando-se da realidade contemporânea mundial, fazendo da instituição um centro de transformação pedagógica, cultural, social e política, inspirada na cultura e sem concepção ideológica pré-concebida.

A UFG oferece os cursos de Ciências Contábeis e Administração. Está classificada segundo o ENADE e MEC como uma das melhores faculdades de ensino do país, tendo recebido nota 5 no ENADE.

O curso de Ciências Contábeis da universidade está inserido na área de Ciências Sociais Aplicadas, motivo pelo qual, durante a graduação além de disciplinas com conteúdo de contabilidade, o curso oferece disciplinas de economia, administração, direito, filosofia, matemática e estatística. Os eixos principais do curso são: Contabilidade Financeira - eixo que abrange relatórios obrigatórios por lei,

como as demonstrações financeiras publicadas em jornais de grande circulação; Contabilidade Gerencial – eixo que abrange relatórios internos das organizações, como controles de estoques, orçamentos, custos e preços de produtos; e Teoria da Contabilidade – eixo que abrange a prestação de contas de órgãos públicos, auditorias e perícias.

Além dos eixos apresentados, a instituição contempla os alunos com disciplinas relacionadas a serviços especializados de setores econômicos específicos como a contabilidade ambiental, do agronegócio, de cooperativas e de seguros, de avaliação de empresas e de consultoria financeira. O curso possui nota máxima nas últimas avaliações do MEC. Esse diferencial foi conquistado porque o corpo docente é formado por professores mestres e doutores em Contabilidade, que orientam diversas atividades pedagógicas como: aulas teóricas e práticas em laboratórios, congressos, seminários, cursos de curta duração, viagens, projetos de pesquisa e extensão, iniciação científica, estágios orientados e empresa júnior.

Na (Tabela 3.4.1) em anexo, está a matriz curricular adaptada da universidade para o curso de Ciências Contábeis, apresentada em 8 períodos, contemplando 384 horas nos 4 períodos iniciais e 320 horas nos 4 períodos restantes, totalizando 3.184 horas.

O curso de administração da universidade tem o objetivo de formar Bacharel em Administração, para o exercício da profissão, regulamentada pela Lei 4769, de 9 de setembro de 1965, e o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo desta ciência, possibilitando a atuação em organizações públicas, privadas, não governamentais e próprias.

A finalidade do curso é desenvolver a capacidade analítica, crítica, ética e empreendedora de seus alunos, somado às habilidades técnicas, conceituais e humanas na qualificação para investigação, diagnóstico e intervenção do administrador no espaço institucional. O curso proporciona, aos futuros profissionais, conhecimento nas áreas de gestão de pessoas, administração da produção, materiais e logística, administração financeira, estratégia, planejamento e orçamento, administração de marketing, pesquisa de mercado, empreendedorismo, projetos e processos, comércio exterior, gestão ambiental e sustentabilidade e responsabilidade social.

Acrescentando às disciplinas instrumentais e subjetivas de formação profissional e pessoal do administrador, a instituição oferece as disciplinas de

formação básica em filosofia, psicologia, sociologia, matemática, estatística, contabilidade, direito, economia, tecnologia e metodologia científica. Para que este conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, aliado às áreas e disciplinas ofertadas sejam apreendidas pelos discentes, o curso oferece, além do ensino, a pesquisa e a extensão, por meio de projetos, programas e ações.

A matriz curricular adaptada do curso de Administração da UFG, apresentada na (Tabela 3.4.2) em anexo, contempla disciplinas do Núcleo Comum, Núcleo Específico e Núcleo Livre, cujas disciplinas são de naturezas obrigatórias e optativas, que integram o Núcleo Específico e garante competências em segmentos da Administração de Empresas ou da Administração Pública.

O curso de Ciências Contábeis da UFG é composto de acordo com sua matriz curricular, por uma carga horária total de 3.184 horas, destas, 1.696 horas (53%) são voltadas para disciplinas relacionadas às práticas contábeis. O curso de Administração é composto de acordo com sua matriz curricular por uma carga horária total de 2.816 horas, sendo 192 horas (7%) destinadas a disciplinas relacionadas às práticas contábeis.

Nos quadros 7 e 8 estão relacionadas a carga horária e as disciplinas de contabilidade ofertadas nos cursos de Ciências Contábeis e Administração da UFG.

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Contabilidade Introdutória I	64	Pesquisa Aplicada a Contab.	32
Introd. à Teoria da Contabilidade	64	Teoria da Contabilidade	64
Mat. Finan. Apl. a Contabilidade	64	Contabilidade Avançada II	64
Contabilidade Introdutória II	64	Análise das Dem. Contábeis	64
Direito empresarial	64	Prática e Estágio contábil I	64
Contabilidade Intermediária I	64	Controladoria	64
Contabilidade de Custos	64	Normas e Relatórios de Auditoria	64
Contabilidade Governamental I	64	Prática e Estágio Contábil II	64
Direito Trab. e Previdenciário	64	Cont. e Gestão do Agronegócio	32
Contabilidade Intermediária II	64	Trabalho de Conclusão Curso I	32
Análise de Custos	32	Auditoria das Dem. Contábeis	64
Direito tributário	32	Perícia e Arbitragem	64
Contabilidade Governamental II	32	Prática e Estágio contábil III	64
Contabilidade Avançada I	64	Trabalho de Conclusão Curso II	64
Contabilidade Tributária	64	Cont. de Seguros e Previdência	32

Quadro 7 – UFG – Curso de Ciências Contábeis – Disciplinas da área contábil

<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Fundamentos de Contabilidade	64	Direito tributário	32

Contabilidade Gerencial	64	Planej. Fin. e Orç. Operacional	32
-------------------------	----	---------------------------------	----

Quadro 8 – UFG – Curso de Administração – Disciplinas da área contábil

Com o objetivo de mapear e identificar o perfil dos cursos analisados nas Instituições de Ensino Superior (IES) pesquisadas, apartou-se as disciplinas de contabilidade com o objetivo de conhecer o percentual de participação destas na composição da carga horária dos cursos ofertados.

Dentre as Instituições de Ensino Superior (IES) pesquisadas, a PUC apresentou em sua matriz curricular um maior número de horas em disciplinas relacionadas à área contábil comparando-se com a carga horária total, tanto no curso de Ciências Contábeis como no curso de administração. As referidas participações representam 71% e 16%, respectivamente. No mesmo quesito, analisando a menor participação, constatou-se que a UFMG destina 28% das horas totais no Curso de Ciências contábeis e a UFG destina 7% das horas totais no curso de Administração.

Os resultados da pesquisa indicam que nos cursos de Ciências Contábeis, as Instituições de Ensino Superior (IES) pesquisadas destinam em média 36% da carga horária total para as disciplinas de contabilidade nos cursos de ciências contábeis e 15% nos cursos de administração.

Atentou-se quanto à carga horária das disciplinas de contabilidade no curso de administração da PUC-SP que é superior 40% em relação à UFMG, 8% em relação à FECAP e 148% em relação à UFG. Dados que podem indicar se o perfil do profissional que está sendo capacitado para o mercado de trabalho é voltado para área de gestão financeira ou gestão de pessoal.

Pode-se observar com a referida pesquisa que, com exceção da UFG, no curso de administração as demais instituições destinam acima de 11% da carga-horária estabelecida para formação do profissional com ênfase na área contábil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história humana é marcada por períodos de transformações as quais acarretaram em mudanças significativas em diversas áreas, tais como produção e conhecimento. Nesse contexto, com a Contabilidade não foi diferente. No Brasil, o ensino superior de Ciências Contábeis iniciou-se com o decreto de 15 de julho de 1809, assinado pelo Príncipe Regente Dom João VI, ao constatar a necessidade de ensino dessa ciência no país, cuja formação é orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Ciências Contábeis (DCN)<sup>9</sup> no Brasil, expressas na Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES nº10, de 16 de dezembro de 2004.

Esse estudo teve o objetivo de explicar a Contabilidade em seus aspectos históricos e legislativos e analisar as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, destacando a importância das disciplinas contábeis para a formação de gestores em administração.

Historicamente, a contabilidade é o resultado de uma longa evolução, desde o seu surgimento na pré-história até os dias atuais. Ela se fez presente anos antes de Cristo, mesmo sem o mecanismo e aparato tecnológicos disponíveis neste Milênio. Evoluiu junto com a civilização humana; de fato, nos primórdios da civilização, a função da contabilidade era avaliar a riqueza do homem, observando os acréscimos e decréscimos dessa riqueza. Porém, nos tempos atuais, a Contabilidade vai além de simples registros dos bens e das riquezas de uma pessoa ou de uma empresa, é, sobretudo, a ciência do controle administrativo que tem por principal meta obter maiores resultados com menores gastos.

No Brasil, os primeiros relatos de Contabilidade datam dos habitantes nativos das terras tupiniquins, cujos registros aconteciam em incisões e pinturas em lápides e cavernas. Contudo, os primeiros marcos da civilização moderna aconteceram com a chegada da caravana portuguesa, por meio do tripulante Pero Vaz de Caminha, cuja função era de controlar as operações realizadas na Colônia. A história brasileira

<sup>9</sup> As DCN são orientações às comunidades acadêmicas para organizarem seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de acordo com a concepção, objetivo, grades curriculares e conteúdo de cada curso, desde que priorizem a formação do profissional com conhecimento contábil, tanto financeiro quanto gerencial.

é marcada com a chegada da família real à colônia e a contabilidade foi uma ferramenta útil para o controle dos gastos públicos.

À medida que o comércio brasileiro crescia, fez-se necessário a criação de um órgão público, o Erário Real, junto com a Criação da Aula do Comércio e da Junta do Comércio. Desde então, o estudo das ciências contábeis era realizado no Brasil, apesar de sofrer influência de outros países, como Itália e Estados Unidos.

Entretanto, a procura pelo ensino contábil não obteve muita procura, motivo pelo qual o ensino não se desenvolveu devidamente, permanecendo na inércia por quase cem anos. O ensino ganhou novo rumo e voltou a ser tema de pesquisas e interesses acadêmicos com o movimento do Grêmio Estudantil de Guarda Livros de São Paulo, em prol da criação e investimentos em novos cursos. Por conseguinte, é fundada, em 1902, a Escola Prática de Comércio, atualmente nominada como Fundação Escola de Comércio Álvaro Penteado.

Não obstante, é necessário destacar que o ensino de Ciências Contábeis no Brasil passou por significativas mudanças que resultaram em aumento da procura dessa profissão por jovens estudantes nos últimos quarenta anos. A principal mudança está na alteração em seu processo constitutivo para adequá-lo aos padrões internacionais da Contabilidade. Por conseguinte, não somente a procura por este curso tem aumentado, como também o número de ensino de pós-graduação nessa área de formação.

Dessa forma, ao analisar o curso de Ciências Contábeis das instituições em destaque nesse estudo, observou-se que apenas 48% da carga horária tem sido destinada à formação do profissional da área contábil. É um percentual muito baixo quando levada em consideração a exigência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), ficando perceptível a necessidade de mudanças face à formação do egresso em Ciências Contábeis, mudanças estas que devem ser destinadas à grade curricular dos cursos de Contabilidade para que possam atender às exigências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)<sup>10</sup>.

Não obstante, é necessário destacar que o ensino de Ciências Contábeis no Brasil passou por significativas mudanças que resultaram em aumento da procura

<sup>10</sup> “A aplicação do conhecimento da contabilidade para ajudar a governar os negócios, as instituições, tem sido uma das preocupações da modernidade.” (SÁ, 2008. p.53).

dessa profissão por jovens estudantes nos últimos quarenta anos. A principal mudança está na alteração em seu processo constitutivo para adequá-lo aos padrões internacionais da Contabilidade. Por conseguinte, não somente a procura por este curso tem aumentado, como também o número de ensino de pós-graduação nessa área de formação.

Na revisão bibliográfica pesquisou-se os aspectos relevantes para a compreensão da origem e evolução da Contabilidade. O estudo do objetivo e função dos órgãos regulamentadores das práticas contábeis contribuiu para o entendimento sobre a importância e o papel destes, tanto para o profissional de Contabilidade quanto para o profissional de outras áreas de gestão. A análise das matrizes curriculares das universidades pesquisadas apontou o perfil e a tendência de cada instituição, não permitindo afirmar somente por meio das da carga horaria destinadas à disciplinas ofertadas se a contabilidade é importante para a formação do profissional de gestão.

As pesquisas e estudos da história da contabilidade foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, pois, possibilitaram além de ampliar os conhecimentos acerca dos fatos mais marcantes de cada período da humanidade que envolveram esta ciência, revelou que o homem se preocupa em registrar seus bens desde os primórdios de sua existência. Trata-se, portanto, de uma prática antiga e cultural que demonstra a importância desta ciência não somente para a formação do profissional de gestão, mas também para as demais profissões, haja visto que direta ou indiretamente, todo profissional exerce a prática de gestão, seja em seu trabalho ou até mesmo no seu ambiente familiar.

O levantamento documental junto aos órgãos regulamentadores das ciências contábeis contribuiu no aspecto técnico por permitir entender melhor as razões e importância da adequação das normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais para a elaboração dos demonstrativos contábeis, pelo fato destes fornecerem e garantirem informações corretas e adequadas sobre a real situação em que se encontra a empresa, tornando-se assim uma ferramenta essencial para o gestor na tomada de decisão.

Analisar a composição curricular das universidades pesquisadas permitiu verificar se as Instituições de Ensino Superior – IES estão organizando seus currículos de acordo com o que determina a legislação vigente no país. No que diz respeito à composição das disciplinas ofertadas nos cursos analisados, é possível

afirmar que contribuem significativamente para a formação do profissional de gestão, porém, analisando a carga horária total destinada, percebe-se que ainda não atendem às exigências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Constatou-se com a pesquisa que as disciplinas de contabilidade: Análise Demonstrações Financeiras; Administração de recursos materiais e patrimoniais; Contabilidade de Custos; Contabilidade Financeira; Contabilidade Gerencial; Controladoria Estratégica; Direito Empresarial e do Trabalho; Direito Tributário; Fundamentos de Contabilidade; Planejamento Contábil e Tributário; Planejamento Financeiro e Orçamento Operacional estão contidas na matriz curricular dos cursos de Administração das universidades pesquisadas .

Analisar as matrizes curriculares das universidades pesquisadas possibilitou identificar e destacar as seguintes disciplinas de contabilidade ofertadas nos cursos de Ciências Contábeis: Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria Contábil; Contabilidade Avançada; Contabilidade Básica; Contabilidade de Custos; Contabilidade de Seguros e Previdência; Contabilidade e Orçamento Público; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Intermediária; Contabilidade Internacional; Contabilidade Instituições Pública; Contabilidade Social e Ambiental; Contabilidade Tributária; Controladoria Estratégica; Controladoria Governamental; Controladoria Organizacional; Contabilidade Societária; Direito do Trabalho e Previdenciário; Direito tributário; Estrutura das Demonstrações Contábeis; História do pensamento Contábil; Instituições Financeiras; Introdução a Pesquisa Contábil; Introdução à Tecnologia. Informação .Aplicada a Contabilidade; .Introdução as Ciências Atuariais; Laboratório contábil; Legislação comercial e societária; Matemática. Financeira Aplicada. na Contabilidade; Normas Contábeis e de Auditoria; Orientação de Estágio; Planej. Contábil Financeiro; Perícia Contábil e Arbitragem; Pesquisa Aplicada a Contabilidade; Psicologia Aplicada a Contabilidade; .Seminários de Contabilidade; Sistemas Contábeis; Sociologia Aplicada a Contabilidade; .Relações de Trabalho; Teoria Positiva da Contabilidade; Trabalho de Conclusão Curso.

Por ser considerada baixa a percentagem da carga-horária destinada às disciplinas de contabilidade no curso de Administração, não se pode concluir que os objetivos propostos de demonstrar que a contabilidade é considerada fundamental para a formação profissional em administração não tenham sido alcançados, pois, tal fato pode estar relacionado ao perfil desejado para o egresso dos alunos das

instituições de ensino superior pesquisadas. Este ponto de vista está fundamentado na pesquisa da evolução histórica da contabilidade e a atenção que os órgãos reguladores internacionais têm dado a tema, por entenderem da importância do mesmo para a sustentação e o crescimento das empresas.

Constata-se que há uma pequena disponibilidade de carga horária das disciplinas de contabilidade destinadas aos cursos pesquisados. Se fizermos uma análise somente quantitativa, o resultado indica ser insatisfatório, Porém, o que se percebe, é que a contabilidade vem ao longo do tempo permanecendo e ou ganhando espaço nas grades curriculares dos cursos de gestão, não somente por serem disciplinas fundamentais para a formação do gestor, mas também pela qualidade e importância que elas têm para analisar e propiciar decisões fundamentadas em normas, procedimentos e técnicas científicas desenvolvidas e testadas ao longo da história. Fato este que está diretamente relacionado às necessidades do mercado e da sociedade, não somente em épocas de crises, como também em cenários de crescimento econômico e ou social.

Talvez por questões culturais, a ciência da contabilidade, tem sido negligenciada por muitas pessoas, instituições e empresas. Fato que pode acarretar ao longo do tempo, a pobreza e a falência financeira de instituições e de pessoas. Muitas vezes, profissionais de diversas áreas se aventuram a administrar uma empresa, e pelo fato de não possuírem uma bagagem voltada para as áreas contábil e financeira acabam por se exporem ao fracasso.

Para reverter tal quadro, os conselhos de administração e contábeis, precisam agir com mais rigor no sentido de que as instituições de ensino revejam as suas matrizes curriculares e as empresas percebam a importância e o valor agregado que se pode ter ao longo do tempo com um profissional bem preparado e qualificado para exercer a função em seu quadro de pessoal.

As pesquisas bibliográfica e documental possibilitaram demonstrar que a contabilidade é de extrema importância para a formação profissional nos cursos de gestão, pois ao longo da história da humanidade, ela esteve presente como ferramenta de controle nos principais acontecimentos e, evoluiu gradativamente atendendo aos anseios e às necessidades de cada época.

Para definir a importância contributiva da Contabilidade na gestão é importante antes, definir o papel do gestor nas organizações. Em síntese, o gestor tem como responsabilidade e desafio: planejar, organizar, dirigir e controlar os

recursos de uma organização, de modo que a mesma perdure com prosperidade. Diante desta definição, pergunto: como seria possível gerir os recursos de uma organização sem o apoio da Contabilidade a considerar que esta área do conhecimento trata de apurar, registrar e acompanhar a evolução patrimonial de uma entidade? Impossível. O gestor, portanto, para exercer o seu papel de gerente de recursos organizacionais necessita fortemente da Contabilidade como apoio, uma vez que ela lhe permitirá reconhecer, mensurar e verificar no decorrer do tempo, o desempenho financeiro e contábil destes recursos. Em última análise, não há gestão sem Contabilidade, pois ela permite um melhor controle dos recursos disponíveis não somente às organizações, mas também nas finanças pessoais de cada cidadão, sendo, portanto, a meu ver, conceitos relevantes que merecem ser destacados e expandidos em todos os cursos de Instituições de Ensino Superior - IES.

O desenvolvimento deste trabalho foi um desafio constante na busca do conhecimento e crescimento pessoal e profissional, que certamente tem contribuído para o melhor desenvolvimento de minhas práticas docentes.

Os anseios e as incertezas foram supridas e recompensadas com a descoberta de importantes obras bibliográficas tanto de novos como também de autores renomados que muito contribuíram para o enriquecimento e conhecimento acerca da história e da evolução da contabilidade.

Como possibilidade de pesquisas futuras, torna-se relevante aplicar esse estudo em cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, verificando se há diferença na formação continuada dos profissionais em Contabilidade com relação às disciplinas contábeis.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jerônimo; ANTUNES, Guilherme Marinovic Brscan; PENTEADO, Isis Malusá. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. In: SEMEAD – SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 10, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007.

AZEVEDO, Camila Catarine de Araújo. *Evolução da capacidade preditiva da informação contábil: um estudo a partir dos disclosures das companhias listadas na bm&fbovespa após a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil*. Natal, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BELLI, Ana Paula. Os estudos desenvolvidos no Brasil sobre a adequação das empresas brasileiras aos pronunciamentos contábeis. In: CONGRESSO UFSC De Controladoria E Finanças, 5, 2014, Florianópolis. Florianópolis, 2014.

BERNARDINHO, F. F. M; ANDRADE, M. E. M. C. *Normas e práticas contábeis. Contabilidade avançada*. Uberaba: Ed. UNIUBE, 2012.

BÍBLIA. GARMUS, I. *Bíblia Sagrada*. 37. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes e Editora Santuário, 1982.

BORGES, Florença Thais Castro; ZIOLI, Eline Gomes de Oliveira; BIAZON, Victor Vinicius. A contabilidade gerencial para a tomada de decisão: uma análise do mercado de Paranavaí. In: SEMANA ACADÊMICA FATECIE, 1, 2015, Paraná. *Anais...*, Paraná: REVISTA CIENTÍFICA, 2015.

CARDOSO, Ricardo Lopes. Reflexo da regulação econômica na informação contábil prestada pelo ente regulado. In: PECCI, Alketa. *Regulação no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 147 – 178.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 556. Código Comercial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm)> acesso em 08 de fev. de 2017.

CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS (CCF), 4., 2011, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

CONSELHO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Sobre a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <[http://www.cvm.gov.br/menu/acesso\\_informacao/institucional/sobre/cvm.html](http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html)>. Acesso: 10 de mar de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. O conselho. Disponível em: <<http://cfc.org.br/oconselho/>>. Acesso: 10 de mar de 2017.

COSIF – PORTAL DA CONTABILIDADE. Início. Contábil. Índice de Contabilidade. IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. Disponível em: <<http://cosif.com.br/publica.asp?arquivo=ibracon-indice>>. Acesso em: 15 de mar de 2017.

D'ÁURIA, Francisco. *Primeiros Princípios de Contabilidade Pura*. São Paulo: Editora Universidades de São Paula, 1948.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP. Graduação. Ciências Contábeis. Institucional. Disponível em: <<http://www.fecap.br/graduacao/cursos/ciencias-contabeis.php>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

GLENISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

IUDICIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, RICARDINO FILHO, Alvaro Augusto. A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v.13, n. 29, 2002. p. 7-25

IRAILDO, José. Evolução da Contabilidade. Disponível em: <[www.classecontabil.com.br/artigos](http://www.classecontabil.com.br/artigos)>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. A criação e consolidação da FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – em São Paulo, no início do século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1, 2000, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: AUTORES ASSOCIADOS, 2000. p.31 – 41.

GOMES, Josir Simeone. A profissão contábil no Brasil: uma visão crítica. *Revista administração de empresa.*, v. 19, n. 2, 1979. p. 99-106.

LIMA, Igor Gabriel; NASCIMENTO, José Orcélio do. Contabilidade internacional: um estudo acerca da classificação dos sistemas contábeis G5 e G7. In: Congresso Virtual DE ADMINISTRAÇÃO, 7, 2010. Disponível em: <[http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_708.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_708.pdf)>. Acesso em: 20 de mar de 2017.

LISBÔA, Guilherme Simão. *A ideia central do pensamento econômico de Adam Smith*. 2010. Disponível em: <<http://webartigos.com/artigos/a-ideia-central-do-pensamento-economico-de-adam-smith/49809>>. Acesso em: 20 de fev de 2017.

LOPES DE SÁ, Antônio. *Fundamentos da Contabilidade Geral*. Curitiba: Ed. Juruá 1. ed. 2005.

MARION, José Carlos. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Alínea, 2011.

MARTINS, Eliseu. Normas contábeis brasileiras e sua integração às normas internacionais, 2009. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/Apresenta%C3%A7%C3%A>

3o\_Prof.%20Eliseu%20Martins\_Normas%20Brasileiras%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20-%20BACEN.pdf>. Acesso em: 20 de mar de 2017.

MARTINS, Maria de Fátima Oliveira. Um Passeio na Contabilidade, da Pré-História ao novo milênio. *Adcontar*, v. 2, n. 1, 2001. p. 7-10.

MATOS FILHO, Ary Oswaldo. O conceito de valor imobiliário. *administração de empresa*, v.25, n.2, 1985. p. 37-51.

MATTESSICH, Richard, *Critique of Accounting – Examination of the Foundations and Normative Structure of an Applied Discipline*. Westport: Quorum Books, 1995.

MIRANDA, Marcelo. *Contabilidade Geral*. A história da Contabilidade. São Paulo: Prentice Hall, 1999.

NEVES, Vitor Sousa. A contabilidade e o conhecimento científico. 2011. Disponível em: <<http://arquivos.suporte.ueg.br/moodlebetinha/moodledata/122/moddata/assignment/102/898/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 01 de fev. de 2017.

OLIVEIRA, Valdiney Alves, LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras: R. Cont. Fin, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, ago. 2011.

PALHARES, Antonio; RODRIGUES, Laercio de Castro. *Introdução à Contabilidade*. São Paulo: Scipione, 1990.

PASSINI, Adriana Kurtz. As normas internacionais de contabilidade – IFRS: adoção no Brasil. *RISUS*, São Paulo, v.6, n.3, p.97-114, 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Sobre a Universidade. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/universidade/faculdades>>. Acesso em: 07 de jun de 2017.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Letras de câmbio: o que são? Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/letras-de-cambio-o-que-sao/24991>>. Acesso em: 18 de mar de 2017.

PORTAL DE CONTABILIDADE. A história da Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>. Acesso em 06 de jul. de 2016.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. *A História da Contabilidade no Brasil*. 2007. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). UNIFACS. São Paulo 2007.

SÁ, Antônio Lopes de. *História geral e das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Introd. Edwin Cannan*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SCHMIDT, Paulo. *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. *História do Pensamento Contábil*. Curitiba: Juruá, 2011.

SILVA, Maurício Souza; ASSIS, Francisco Avelino de. A história da contabilidade no Brasil. *Periódico Científico Negócios em Projeção*, v.6, n.2, 2015. p. 35-44.

TRIBE, Keith. Adam Smith: critical theorist? *Journal of economic literature*, v. 37. n.2, 1999. p. 609-32

VOLTOLINI, Christoffer. *O futuro da profissão contábil*. Florianópolis: UFSC, 1999. 55f. Dissertação (Bacharel em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Menu. Cursos. Disponível em: <<https://www.prograd.ufg.br/p/12107-cursos>>. Acesso em: 07 de jun de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Cursos. Graduação. Administração. Matriz curricular. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/cursos/index.shtml>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Cursos. Graduação. Ciências Contábeis. Matriz curricular. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/cursos/index.shtml>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

ZEFF, Stephen A. A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. *Rice University*, v.25, 2014. p. 300-20. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v25nspe/1519-7077-rcf-25-spe-0300.pdf>>. Acesso: 10 de mar de 2017.

## **ANÉXOS**

Tabela 3.1.1 – Matriz curricular – FECAP – Curso Ciências Contábeis

<b>1º PERÍODO</b>		<b>2º PERÍODO</b>	
<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Contabilidade básica I	80	Contabilidade básica II	80
Lógica I	40	Direito empresarial	80
Matemática I	80	Lógica II	40
Redação Empresarial I	80	Redação Empresarial II	80
Sociologia I	40	Sociologia II	40
Teoria Geral da Administração	80	Matemática II	80

<b>3º PERÍODO</b>		<b>4º PERÍODO</b>	
<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Comunicação estratégica I	40	Comunicação estratégica II	40
Contabilidade Intermediária	80	Direito tributário	80
Direito do trabalho	80	Economia II	80
Economia I	80	Estatística I	80
Laboratório contábil I	40	Estrutura das demonstrações contábeis	80
Matemática financeira	80	Laboratório contábil II	40

<b>5º PERÍODO</b>		<b>6º PERÍODO</b>	
<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Análise das demonstrações contábeis	80	Auditoria Contábil	40
Contabilidade Avançada I	80	Contabilidade Gerencial	80
Contabilidade de custos	80	Contabilidade Avançada II	80
Empreendedorismo	40	Finanças corporativas	80
Estatística II	80	Metodologia científica	80
Introdução Ciências Atuariais	40	Teoria da contabilidade	40

<b>7º PERÍODO</b>		<b>8º PERÍODO</b>	
<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Avaliação de empresas	80	Contabilidade societária	80
Contabilidade e orç. Público	80	Contab. Tributários: diretos	80
Contab. Tributários: indiretos	80	Eletiva	40
Controladoria estratégica	80	Ética e governança corporativa	40
Perícia contábil	40	Mercado financeiro e derivativos	80
TCC I	40	TCC II	40

Fonte: <http://www.fecap.br/graduacao/matriz-curricular/ciencias-contabeis.php>

Tabela 3.1.2 – Matriz curricular – FECAP – Curso de Administração

1º PERÍODO		2º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	CH
Teorias da Administração	80	Comp. e Est. Organizacional	80
Redação Empresarial I	80	Redação Empresarial II	80
Fundamentos de Mat. para Adm.	80	Matemática Aplicada à Adm.	80
Fundamentos de Economia	80	Microeconomia Aplicada à Adm.	80
Sociologia do Trabalho	40	Sociologia da Cultura Diversid.	40
Raciocínio Analítico	40	Raciocínio Lógico	40

3º PERÍODO		4º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade Financeira	80	Análise Demonst. Financeiras	80
Estatística Descritiva e Probab.	80	Estatística Inferencial	80
Direito Emp. e do Trabalho	80	Gestão de Materiais	80
Psicologia, Liderança Soft Skills	80	Fundamentos de Marketing	80
Empreendedorismo	40	Direito tributário	40
Ética e Política	40	Matemática Financeira	40

5º PERÍODO		6º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade de Custos	80	Controladoria Estratégica	80
Introdução à Adm. Financeira	80	Finanças Corporativas	80
Gestão de Operações	80	Gestão Cadeia de Suprimentos	80
Administração de Marketing	80	Recursos Humanos	80
Resp. Social Empresarial	40	Marketing de Serviços	40
Estatística Aplicada à Adm.	40	Metodologia Científica	40

7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Risco e Estrutura de Capital	80	Estudo de Casos	80
Planejamento Estratégico	80	Lab. de Gestão Empresarial	80
Teoria da Decisão	80	Valuation	40
Internacionalização de Empresas	40	Gestão de Projetos	40
Tecnologia e Sist. de Informação	40	Trabalho de Curso	40
Projeto do Trabalho de Curso	40	Linha de Formação Específica 2	40
Linha de Formação Específica 1	40	Linha de Formação Específica 3	40

Fonte: <http://www.fecap.br/graduacao/pdf/matriz-curricular/2016/administracao.pdf>

Tabela 3.2.1. – Matriz curricular – UFMG – Curso Ciências Contábeis

1º PERÍODO		2º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Administração TGA	60	Contabilidade II	60
Contabilidade I	60	Estado Moderno e Capitalismo	60
Instituições de Direito Privado I	60	Instituições de Direito Privado II	60
Matemática A	60	Microeconomia A	60
Geometria Anal. e Álgebra Linear	60	Cálculo de Várias Variáveis	60

3º PERÍODO		4º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade III	60	Administração Financeira I	90
Matemática Financeira	60	Contabilidade IV	60
Macroeconomia I	60	Métodos de Pesquisa contab.	30
Microeconomia A	60	Laboratório Contábil	60
Estatística I	60	Estatística II	60
Carga Optativa - Grupo	90	Carga Optativa – Grupo	90

5º PERÍODO		6º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Mét. Quant. Apl. Contab. e Fin.	60	Mercado de Capitais	60
Teoria Normativa da Contab.	60	Contabilidade de Custos	60
Análise das Dem. Financeira	60	Contabilidade Tributária I	60
Contabilidade Internacional	30	Legislação Social	60
Direito tributário	60	Carga Eletiva	60
Carga Eletiva	60	Carga Optativa – Grupo	240

7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Análise de Custos	60	Auditoria	60
Teoria Positiva da Contab.	60	Análise Avançada dem. Fin.	60
Contabilidade Tributária II	60	Orçamento Empresarial	60
Sistemas de Informações Cont.	60	Carga Eletiva	60
Carga Eletiva	60	Carga Optativa – Grupo	240
Carga Optativa - Grupo	180		

9º PERÍODO		10º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contab. Instituições Pública	60	Introdução a Perícia Contábil	30
Contabilidade Gerencial A	60	Contab. Social e Ambiental	60
Carga Eletiva	60	Carga Eletiva	60
Carga Optativa - Grupo	180	Carga Optativa – Grupo	300

Fonte: <https://docs.face.ufmg.br/public/91b6fc7083f7>

Tabela 3.2.2. – Matriz curricular – UFMG – Curso Administração

1º PERÍODO		2º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Introdução à Filosofia	45	Fund. de análise sociológica	60
Instituições de dir. Pub. e Privado	60	Matemática Aplicada	60
Economia	60	Teoria da Administração I	60
Fundamentos de Administração	30	Estatística Básica	60
Matemática	60		
Introdução à Contabilidade	45		

3º PERÍODO		4º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Organizações, sist. e métodos	30	Comportamento organizacional	60
Métodos e tecn. pesq. Adm.	45	Mat. comercial e financeira	60
Teoria da Administração II	60	Economia Brasileira	60
Estatística experimental	60	Adm. Produção e operações	60
Optativas/ Livres	60	Optativas/ Livres	60

5º PERÍODO		6º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Administ. de recursos mat. patr.	60	Administração mercadológica	60
Administração financeira I	60	Administração Financeira II	60
Administração tributária	60	Instituições de Direito Trabalho	60
Administração Rec. Humanos I	60	Administração Rec. Humanos II	45
Optativas/ Livres	60	Optativas/ Livres	60

7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Gerência financeira	60	Trabalho de conclusão de curso I	60
Comércio exterior	60	Estágio I	240
Administração estratégica	60	Formação livre	45
Sistema informações gerenciais	60	Optativas	165
Optativas/ Livres	60		

9º PERÍODO	
Disciplina	C H
Trabalho de conclusão curso II	60
Estágio II	240
Optativas	165

Fonte: <https://docs.face.ufmg.br/public/ea3e28a728df>

Tabela 3.3.1 – Matriz curricular – PUC-SP – Curso de Ciências Contábeis

1º PERÍODO		2º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade Básica	102	Contabilidade Intermediária	102
História do pensamento Contábil	34	Introdução a Pesquisa Contábil	34
Introd à Tec. Inf. aplicada a Cont.	34	Introd. Pensamento Teológico II	68
Introdução à Administração	68	Matemática II	34
Introd. Pensamento Teológico I	34	Noções de Lógica	34
Matemática I	34	Psicologia aplicada a Contab.	34
		Sociologia aplicada a Contab.	34
3º PERÍODO		4º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade avançada	68	Análise dos dem. Contábeis	68
Elementos da Economia	68	Economia Brasileira	34
Estatística	68	Ética profissional e cidadania	34
Instituições de Direito	68	Marketing	68
Métodos de Custeio	68	Matemática financeira	34
Ofic. de Treinamento Contábil I	68	Ofic. de Treinamento Contábil II	34
		Português Instrumental	34
		Sistemas de custeio	68
5º PERÍODO		6º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade Gerencial	68	Controladoria Governamental	68
Controle e Gestão de custos	68	Instituições Financeiras	68
Legislação comercial e societária	68	Noções de Filosofia	34
Orientação de Estágio I	34	Normas Contábeis e de Auditoria	68
Planej. Contábil Financeiro	68	Orientação de Estágio II	34
Sistemas Contábeis	34	Seminários de Contabilidade I	34
		Téc. de medição de desempenho	68
7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Auditoria	68	Contabilidade Internacional	68
Controladoria Organizacional	68	Orientação de Monografia II	34
Direito tributário	68	Perícia Contábil e Arbitragem	68
Economia Int. e Com. Exterior	34	Planejamento Contábil Tributário	68
Inst. Cont. de Governança Corp.	34	Relações de Trabalho	68
Noções da Atividade Atuarial	34	Teoria Contábil	68
Orientação de Monografia I	34		
Seminários de Contabilidade II	34		

Fonte: [http://www.pucsp.br/graduacao/ciencias-contabeis#matriz\\_curricular](http://www.pucsp.br/graduacao/ciencias-contabeis#matriz_curricular)

Tabela 3.3.2 – Matriz curricular – PUC-SP – Curso de Administração

1º PERÍODO		2º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Ciências sociais aplicadas à Administração I (Sociologia)	68	Ciências sociais aplicadas à Administração II (Antropologia)	34
Contabilidade Geral	68	Contabilidade de custos	68
Matemática aplicada à Adm. I	68	Estatística I	68
Psicologia aplicada à Adm. I	68	Instituição de Dir. Púb. e Privado	34
Teoria da Administração	68	Matemática aplicada à Adm. II	34
		Psicologia aplicada à Adm. II	34
		Teoria das organizações	68

3º PERÍODO		4º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Estatística II	34	Estatística III	34
Gestão de Finanças I	34	Gestão de Finanças II	34
Gestão de Marketing I	34	Gestão de Marketing	34
Gestão de Operações I	34	Gestão de Operações II	34
Gestão de Pessoas I	34	Gestão de Pessoas II	34
Gestão estratégica e das org. I	34	Gestão estratégica e das org. II	34
Introd. Pensamento Teológico I	34	Macroeconomia	68
Microeconomia	68	Matemática Financeira	68
Pesquisa I	34	Pesquisa II	34

5º PERÍODO		6º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Gestão de Finanças III	68	Gestão de Finanças IV	68
Gestão de Marketing III	68	Gestão de Marketing	68
Gestão de Operações III	68	Gestão de Operações IV	68
Gestão de Pessoas III	68	Gestão de Pessoas IV	68
Gestão estrat. das organiz. III	68	Gestão estrat.das organiz. IV	68

7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Gestão de Finanças V	68	Direito Comercial	34
Gestão de Marketing V	68	Economia Brasileira	34
Gestão de Operações V	68	Ética nos Negócios	34
Gestão de Pessoas V	68	Filosofia das Ciências	34
Gestão est. das organizações V	68	Introd. Pensamento Teológico II	68
Orientação de Estágio	34	Legislação Social	34
		Tecnologia da Informação	68
		Trabalho Conclusão de Curso I	34

<b>9º PERÍODO</b>	
<b>Disciplina</b>	<b>C H</b>
Optativa I	68
Optativa I	68
Optativa I	68
Planej. Contábil e Tributário	34
Sustentabilidade	68
Trab. de Conclusão de Curso II	34

Fonte:

[http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/graduacao/cursos/administracao/componente\\_noturno\\_adm.pdf](http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/graduacao/cursos/administracao/componente_noturno_adm.pdf)

Tabela 3.4.1 – Matriz curricular – UFG – Curso de Ciências Contábeis

1º PERÍODO		2º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade Introdutória I	64	Contabilidade Introdutória II	64
Economia I	64	Direito empresarial	64
Introd. à Teoria da Contabilidade	64	Introdução à Administração	64
Instituições de Dir. Púb.e privado	64	Economia II	64
Mat. Finan. Apl. a Contabilidade	64	Calculo 1C	64
Sociologia	32	Ética e Filosofia	32
Metodologia da Pesquisa	32	Optativa	32

3º PERÍODO		4º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Estatística	64	Contabilidade Intermediária II	64
Contabilidade Intermediária I	64	Análise de Custos	32
Contabilidade de Custos	64	Métodos Quantitativos	64
Contabilidade Governamental I	64	Administração Financeira	64
Direito Trab. e Previdenciário	64	Direito tributário	32
Organização, Sist. e Métodos	32	Contabilidade Governamental II	32
Optativa	32	Optativa	32

5º PERÍODO		6º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Contabilidade Avançada I	64	Teoria da Contabilidade	64
Contabilidade Tributária	64	Contabilidade Avançada II	64
Empreendedorismo e Marketing	64	Análise das Dem. Contábeis	64
Noções de Atuária	32	Prática e Estágio contábil I	64
Sistema de Inf. Contábeis	32	Orçamento Empresarial	32
Pesquisa Aplicada a Contab.	32	Optativa	32
Optativa	32	Núcleo Livre	

7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Controladoria	64	Auditoria das Dem. Contábeis	64
Normas e Relatórios de Auditoria	64	Perícia e Arbitragem	64
Prática e Estágio Contábil II	64	Prática e Estágio contábil III	64
Cont. e Gestão do Agronegócio	32	Trabalho de Conclusão Curso II	64
Trabalho de Conclusão Curso I	32	Cont. de Seguros e Previdência	32
Optativa	32	Optativa	64
Núcleo Livre		Núcleo Livre	

Fonte: [https://www.face.ufg.br/siteface\\_files/midias/original-matriz-curricular-curso-administracao.pdf](https://www.face.ufg.br/siteface_files/midias/original-matriz-curricular-curso-administracao.pdf)

Tabela 3.4.2 – Matriz curricular – UFG – Curso de Administração

1º PERÍODO		2º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Cálculo 1B	64	Matemática Financeira	64
Fundamentos de Contabilidade	64	Cálculo 2B	64
Introdução à Adm. de Empresas	64	Contabilidade Gerencial	64
Introdução à Adm. Pública	64	Teoria das Organizações	64
Psicologia das Organizações	64	Sociologia das Organizações	64
		Núcleo Livre	64
3º PERÍODO		4º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Microeconomia	64	Estatística inferencial	64
Finanças de longo prazo	64	Direito tributário	32
Resp. Socio amb. Corporativa	64	Macroeconomia	64
Estatística Descritiva e Probab.	64	Gestão de Pessoas I	64
Adm. Pública, Estado Sociedade	64	Pesquisa em Administração	32
Núcleo Livre	64	Finanças de curto prazo	64
5º PERÍODO		6º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Adm. da Produção e Operações	64	Adm. de Rec. Mat. e Patrimoniais	64
Direito empresarial	32	Marketing II	64
Planej. Fin. e Orç. Operacional	32	Empreendedorismo I	64
Marketing I	64	Pesquisa Operacional	64
Gestão de Pessoas II	64	Formação de Pesquisa II	64
Formação em Pesquisa I	64	Disc. da Linha de For. Esp. 6º	64
Disc. da Linha de For. Esp. 5º	64		
7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Disciplina	C H	Disciplina	C H
Logística empresarial	64	Filosofia e Ética na Adm.	64
Gestão e Planej. Estratégico	64	Trabalho de Conclusão de II	128
Elaboração do Projeto de TCC I	64	Gestão de Pro. e Proc. Organiz.	64
Pesquisa de Marketing	32	Adm. de Sist. e Tec. da Infor.	64
Empreendedorismo II	32		
Disc. da Linha de For. Esp. 7º	64		

Fonte: [https://www.face.ufg.br/siteface\\_files/midias/original-matriz-curricular-curso-administracao.pdf](https://www.face.ufg.br/siteface_files/midias/original-matriz-curricular-curso-administracao.pdf)

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004 (\*)

(\*\*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, todos homologados pelo Ministro da Educação, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;

II – componentes curriculares integrantes;

III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;

IV - estágio curricular supervisionado;

V - atividades complementares;

VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;

VII - regime acadêmico de oferta;

VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

§ 1º O Projeto Pedagógico, além da clara concepção do curso de graduação em

Ciências Contábeis, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

(\*) Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15

(\*\*)

RETIFICAÇÃO Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, de 11 de março de 2005,

Seção 1, p. 9: Na RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28/12/2004, Seção 1, página 15, “onde se lê: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTABILISTA”, leia-se: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTADOR”.V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas

diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares;

XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

§ 2º Projetos Pedagógicos para cursos de graduação em Ciências Contábeis poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais.

§ 3º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, nas

respectivas Linhas de Formação e modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle

gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis estabelecerá, expressamente, as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores

Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

Art.10. A duração e a carga horária dos cursos de graduação, bacharelados, serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art.11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, e demais disposições em contrário.

Edson de Oliveira Nunes

Presidente da Câmara de Educação Superior

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CAMARA DE EDUCAÇÃO SUPEIOR